



1.ª fase - Pré-qualificação
Concurso n.º 02/2014

EDL TAGUS 2020 - DLBC RURAL do Ribatejo Interior

TAGUS, 11 de Fevereiro de 2015

A. Vertente do DLBC a que a candidatura diz respeito

DLBC -Desenvolvimento Local de Base Comunitária - Rural

B. Tipologia e limites do território de atuação

O território definido como zona alvo para intervenção compreende a totalidade dos concelhos de Abrantes, Constância e Sardoal, incluindo as duas freguesias identificadas como não rurais no âmbito do PDR 2020. (anexo .1)

caracterização do território

O Tejo marca a sua identidade e o Zêzere delimita a norte o território do ribatejo interior que, integrado a sudoeste da NUT III do Médio Tejo localizada na Região CENTRO e igualmente pertencente à área de acção administrativa da Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo - Delegação Ribatejo, se compõe pela integralidade dos municípios de Abrantes, Constância e Sardoal.

O território do Ribatejo Interior reflete de forma inequívoca a zona de transição em que se encontra e que resulta de uma rica confluência das actividades, tradições, usos e costumes tipicamente alentejanos, beirões e ribatejanos, consolidando nessa diversidade uma clara e distinta identidade territorial.

Mais se acentua essa confluência pelo facto de ao ser atravessado pelo rio Tejo, Abrantes - localizada na sua zona central - foi também o primeiro porto fluvial a partir do qual era possível a navegação de embarcações de maior capacidade de carga conduzindo também a que a região se assumisse como um importante polo comercial para a região envolvente.

O Tejo, outrora principal via de comunicação que ligava as pessoas e os bens, foi também factor decisivo para a construção do país que hoje somos, pois pela sua posição geo-estratégica foi, e ainda hoje se assume, como importante ponto da defesa militar nacional.

A linha defensiva do Tejo, na altura da reconquista, ou o ponto de passagem das invasões francesas disso mesmo são testemunhas e do facto deixaram registos que hoje fazem parte da nossa identidade territorial, como são os casos dos portos fluviais, das fortificações militares e dos diversos registos históricos que atestam o poderio político desta região no sec XV e XVI associado aos Almeidas, do qual se destaca o 1.º Vice-rei da Índia.

É neste contexto que surge a nossa marca de promoção turística associada ao tema dos “Castelos do Tejo” e por essa via se organizam actividades e agregam os parceiros para a construção da oferta turística integrada do território.

Mas também as condições edafo-climáticas que o Tejo permite, no território deixaram as suas marcas. Um rio, que separa o país entre norte e sul, marca o território na diversidade e dá carácter aos produtos, pelos solos arenosos e argilosos que drenam as chuvas, pela acentuada orografia que expõe ao sol forte do Sul, e pela humidade refrescante da bacia do rio Tejo.

O Sul, plano e produtor de cortiça, o Norte rugoso onde começa o pinhal, e o oeste em que se inicia a lezíria ribatejana confluem neste território para lhe acentuar o “terroir”.

Ao longo do século XX, é notória a actividade metalomecânica com forte ligação à agricultura, à agro-indústria e ao sector alimentar, com particular destaque para o azeite - em que mais de 50% do azeite português comercializado na altura era a partir de diversas marcas nacionais e internacionais desta região. Dessas, ainda hoje estão presentes marcas como o “Azeite Andorinha” ou o “Azeite Gallo”, a par de pequenos produtores locais de qualidade muito elevada, que foram e são pilares da actividade económica dos dias de hoje.

Actualmente, para além da reconversão da actividade metalomecânica em novas unidades ligadas ao sector, a tradição industrial da região mantém-se acentuada, mas que sobre essa pressão as dinâmicas urbanísticas souberam preservar de forma exemplar uma identidade patrimonial muito relevante nos centros históricos de Abrantes, Constância e Sardoal.

Cabe-nos agora contribuir para a sua revitalização!

Justificação para a tipologia e limites do território

O território proposto, para além de se incluir em objectivo um como menos desenvolvida, encontra-se classificada como Zona Agrícola Desfavorecida.

No aspecto concreto em relação à Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) do território salientamos a importância e pertinência da inclusão das 2 freguesias classificadas como não rurais quer pela reduzida mancha de prédios urbanos face aos agrícolas e florestais e acima de tudo pela evidência das estatísticas do RGA 2009 onde se destaca o impacto sobre respectivamente 20% e 14% das explorações e área agrícola do concelho de Abrantes.

Como nota adicional relevamos o particular peso do subsector Olival e Mancha florestal que poderia ser alvo de um significativo impacto pelo facto de não ser considerado, pois na área em questão encontram-se importantes agentes de ambos os sectores.

Por outro lado, a importância da relação com o centro urbano tradicionalmente ponto de acesso ao mercado e aos consumidores que Abrantes sempre assumiu em termos regionais e que importa potenciar na lógica dos circuitos curtos de comercialização e de onde se destaca, a título de exemplo, a experiência do projecto PROVE - Promover e Vender como ponto de partida. E a rede territorial de lojas de produtos locais, que situada no antigo Mercado Municipal de Abrantes - a Praça dos Sabores - onde a TAGUS desenvolve de forma significativa actividades de promoção e valorização dos produtos e produtores locais.

Actualmente, o mercado diário municipal de Abrantes encontra-se em fase final de construção com novas funcionalidades (exemplo, Posto de Turismo) que potenciará igualmente um trabalho específico no âmbito dos mercados locais com os pequenos produtores agrícolas.

Um outro aspecto relevante relaciona-se com o facto dos agrupamentos escolares, que apesar de estarem sedeados no centro urbano, são o ponto focal de articulação com as escolas das freguesias rurais e o importante trabalho que se pode fazer na valorização da identidade e dos recursos endógenos junto da população mais jovem do território.

Na lógica da inovação, importa referir um conjunto de investimentos que se acabam de concretizar no Tecnopólo do Vale do Tejo, com um laboratório de análises químicas e microbiológicas - que desenvolve trabalhos de controlo da qualidade de águas de abastecimento e alimentos - e o mais recente investimento na criação de um Centro de Transferência de Tecnologia Alimentar, o INOV.linea, com o objectivo de apoiar os processos industriais, o desenvolvimento de novos produtos e a transferência de tecnologia para o desenvolvimento rural do território agora candidato.

Por último, a importância que os serviços de proximidade nas áreas sociais, económicas e culturais assumem também para as freguesias rurais e que não devem poder ficar condicionados pelo facto dos principais agentes se encontrarem sedeados no centro urbano

apesar do âmbito de actuação ser supramunicipal (Associação de Agricultores, Associação de Comerciantes, Associação Empresarial e diversas associações culturais e sociais).

Em suma, não querendo questionar os critérios pelos quais resultou a determinação cartográfica, pretendemos sim afirmar a importância e pertinência da inclusão da área em questão pelo forte papel que esta deverá assumir na concretização dos objectivos associados à EDL, pela actividade agro-florestal nela contida e em particular na lógica do acesso aos serviços e ao mercado que desde sempre foi função dos centros urbanos face à sua envolvente rural.

C. Caracterização da parceria e modelo organizacional

Denominação da parceria

TAGUS 2020 - DLBC Rural do Ribatejo Interior

No âmbito da TAGUS 2020 - DLBC Rural do Ribatejo Interior foram identificadas como principais áreas de acção a agricultura, os produtos locais, o turismo, a educação, o empreendedorismo e a acção social pelo que se procurou reunir na parceria territorial um vasto leque de entidades públicas e privadas representativas nessas linhas de acção para a estratégia de desenvolvimento local (anexo .2).

Modelo de organização funcional

No que diz respeito ao modelo de organização funcional, nos períodos de programação anteriores, a TAGUS apresentou-se como entidade proponente das candidaturas no âmbito da abordagem LEADER, por via do seu estatuto associativo de direito privado, assumindo-se cumulativamente como a entidade gestora e o GAL - Grupo de Acção Local dinamizador da parceria.

No entanto, com o novo enquadramento do DLBC optou por propor a criação de uma parceria territorial onde, para além dos seus próprios associados, procurou alargar o seu âmbito a um conjunto de entidades com características sectorialmente institucionais e importantes para a concretização da estratégia no território como são os casos, por exemplo, dos Agrupamentos Escolares, das Redes Sociais Concelhias, do Instituto de Segurança Social - Centro Distrital de Santarém, do Agrupamento de Centros de Saúde MÉDIO TEJO, do IEFP - Centro de Emprego do Médio Tejo, da CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e do Turismo Centro de Portugal.

A Parceria Territorial TAGUS 2020 - DLBC RURAL do Ribatejo Interior designa como Entidade Gestora a TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior e estabelece no respectivo Regulamento os seus princípios básicos de funcionamento para a coordenação e gestão da actividade no âmbito do DLBC.

A TAGUS, enquanto entidade gestora dá enquadramento legal pela sua personalidade jurídica e coloca ao dispor da parceria a sua equipa técnica multidisciplinar com experiência na gestão de instrumentos de política de desenvolvimento local e na dinamização, valorização e promoção dos recursos endógenos territoriais.

Com a missão de garantir que a EDL seja dinamizada, executada, gerida, monitorizada e avaliada de forma eficiente, transparente e participada está prevista a criação de três órgãos sociais, a saber, a Assembleia Geral de Parceria Territorial, o Órgão de Fiscalização e o Órgão de Gestão, eleitos por períodos de triénio de entre os membros da parceria.

A Assembleia Geral de Parceria Territorial, que reúne ordinariamente duas vezes por ano, é constituída por todos os parceiros que assinaram o Acordo de Parceria e tem como atribuição geral discutir e aprovar a EDL e promover o seu acompanhamento, monitorização e avaliação da sua execução.

Ao Órgão de Gestão, para além de representar a Parceria junto das autoridades nacionais e comunitárias, compete-lhe garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da EDL, aprovar os projectos candidatos, assegurar a participação dos parceiros locais na implementação, no acompanhamento e na avaliação da estratégia definida e cumprir com as recomendações decorrentes dessa participação, e, se necessário, propor à Assembleia Geral da Parceria Territorial alterações na EDL, de forma a alcançar os objectivos propostos. Reúne com uma periodicidade média mensal e é constituído, seguindo as condicionantes regulamentares, por sete elementos representativos da Parceria Territorial.

A Parceria Territorial possui ainda um Órgão de Fiscalização ao qual cabe as responsabilidades de fiscalizar os actos do Órgão de Gestão, dar parecer sobre os relatórios de execução da EDL a submeter à Assembleia Geral de Parceria Territorial e velar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares.

Com base na experiência do passado, internamente a TAGUS construiu um sistema que segrega as funções de verificação administrativa da de análise financeira para as candidaturas apresentadas e que separa igualmente as competências de análise das de aprovação pois nenhum dos membros que analisa tem qualquer papel decisório no Órgão de Gestão.

Do resultado das reuniões do Órgão de Gestão será elaborada a acta e comunicada à respectiva Autoridade de Gestão o conteúdo das deliberações e divulgados os seus resultados.

Na lógica de partilha e integração com os diferentes níveis e actores do sistema de desenvolvimento regional, igualmente damos conta da integração que partilhamos com a estratégia da NUTIII, onde para além de integrar a presente parceria, estamos também representados no CEDI - Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal do Médio Tejo e representados pelo GAL ADIRN na Comissão de Acompanhamento da sua própria estratégia. Para enquadrar esta acção em cooperação os três Grupos de Acção Local e CIMT assinaram um acordo de cooperação para a prossecução dos objectivos estratégicos da região do Médio Tejo para o período de 2014-2020 e tem como áreas de abrangência o Turismo e Cultura, a valorização dos produtos locais, a agricultura e ambiente, a inclusão social, a consolidação do tecido associativo local, o apoio às micro-empresas, a qualificação profissional e a cooperação nacional e transnacional.

Noutra escala, os actuais Grupos de Acção Local assinaram ao nível da região CENTRO um protocolo de articulação institucional com o objectivo de partilha de informação e concertação da acção em prol da execução do CENTRO 2020. A este nível, damos conta igualmente da sugestão e importância que poderia assumir a criação de uma comissão de acompanhamento regional composta pelos diferentes níveis dos actores no âmbito do DLBC, CCDRC, DRAP Centro e LVT, IEFP - DR C e LVT, ISS - Centros Distritais da Segurança Social, Turismo do Centro, entre outros...

Esta evolução poderia e deveria estender-se a nível nacional, embora por via do movimento federativo em que activamente participamos já o faremos, mas sem o peso institucional que esse órgão poderia assumir.

Actividades da parceria

No trabalho que se pretende desenvolver após a fase de pré-qualificação agora a decorrer, é intenção da TAGUS clarificar de forma mais exaustiva o plano de acção com os seus parceiros e confronta-lo com as condicionantes regulamentares e orçamentais que possam entretanto surgir.

Mas de antemão, a EDL já dá claras indicações sobre o modo articulado e em parceria como pretendemos fazer aplicar a estratégia no território. Prevemos uma acção tematizada em torno de 6 grandes áreas e será sobre elas que se concretizarão as actividades de apoio técnico, serviço de proximidade e dinamização da EDL em parceria com as respectivas associações sectoriais e instituições mais directamente implicadas.

A atitude que se pretende incutir é de inclusão activa, portanto apesar do apoio técnico prestado este será sempre com o objectivo de permitir a construção activa dos projectos pelos seus promotores e estimular a criação de emprego e do auto-emprego com essa acção, com o recurso a projectos diversificadores da actividade e inovadores no modo de responder às necessidades e oportunidades.

De forma geral, os membros da parceria são entidades colectivas ou empresas que já têm a perspectiva de apoio na lógica do desenvolvimento regional pelo que o seu envolvimento é natural. Em anexo se dá conta do mapa resumo das interacções pretendidas por áreas, públicos alvo e parceiros a elas ligados, conforme anexo 3.

Experiência em matéria de gestão de instrumentos de política de desenvolvimento local

A TAGUS enquanto associação de desenvolvimento integrado, desde a sua fundação em 1993, que tem procurado assumir o papel que, como uma das conclusões e orientações do PDAR de Abrantes lhe foi acometido, de promover o desenvolvimento integrado dos concelhos que compõem o seu raio de acção.

Foi entidade local gestora dos programas de iniciativa comunitária LEADER II e LEADER+, num percurso entre 1995 e 2007, tendo resultado desses programas um conjunto de 212 projectos aprovados, que permitiram a criação de 185 novos postos de trabalhos num acumulado de 7 milhões de euros de investimento, dos quais cerca de 50% são de responsabilidade de privado.

Já estruturada a capacidade de actuação, a TAGUS no âmbito do PPDR abarcou um novo desafio de promoção do desenvolvimento regional com o programa dos Centros Rurais - com a candidatura do Centro Rural Abrantes Norte, com um investimento de 1.5 milhões de euros distribuídos por 21 projectos relacionados com a promoção do potencial de desenvolvimento turístico das margens da albufeira de Castelo do Bode. O Projecto foi dinamizado no decurso de 1998 a 2000.

Foi promotora no âmbito de diversas acções de formação do IEFP do programa Escolas Oficinas, as quais foram frequentadas por 60 formandos e localizaram-se em diferentes freguesias rurais da zona de intervenção.

A TAGUS normalmente acolhe estágios curriculares e apoia estágios profissionais em áreas transversais e complementares ao GAL permitindo a colaboração e participação com as entidades formadoras na inserção no mercado de jovens qualificados.

No âmbito dos programas ocupacionais a TAGUS tem contribuído para a inserção de pessoas em situações de desemprego de longa duração em áreas diversas como apoio a espaços de promoção de produtos e produtores locais ou serviços de apoio à infância como o exemplo do ATL - O Pequeno Lavrador.

No âmbito do Programa de Criação de Unidades de Gestão de Centros Urbanos, foi a TAGUS também designada para frequentar a acção de formação dinamizada pela Direcção Geral das Empresas e que conduziu à construção de um plano de acção e ao surgimento da associação Centro Comercial Ar Livre de Abrantes, numa parceria entre a associação de comerciantes local e o município.

Mais recentemente, no âmbito do SP3 PRODER - abordagem LEADER foi atribuído um montante de 4,8 milhões de euros de despesa pública na credenciação da ELD e actualmente prevemos executar cerca de 5,5 milhões o que dá uma taxa de execução na ordem dos 115%, com o apoio a 92 projectos, a criação de 86,5 novos postos de trabalho e o contributo para a manutenção de cerca de 514 postos de trabalho no território.

Este é assim, um reflexo do envolvimento, do contributo e da integração social da TAGUS na comunidade local.

Capacidade da parceria para assegurar a gestão da EDL

O modelo organizacional e funcional da TAGUS já se encontra definido, com evidente capacidade técnica e larga experiência acumulada na gestão de fundos comunitários.

Realçando ainda que da análise à situação económica e financeira da TAGUS, se podem retirar as seguintes conclusões:

- A TAGUS tem obtido resultados líquidos positivos nas suas demonstrações de resultados, fruto de uma estratégia de gestão assente no controlo de gastos e reforço de rendimentos e apostando na diversificação de actividades e projectos para captação de receitas.
- Do balanço do ano de 2013 verificam-se activos líquidos tangíveis que rondam os 300.000€, acrescidos de activos correntes na ordem dos 420.000€, para fazer face a um passivo reduzido de 150.000€ (Associação sem recurso a empréstimos bancários), esta informação evidencia a situação líquida positiva da TAGUS de onde se destacam os rácios financeiros francamente positivos, nomeadamente, o rácio de autonomia financeira, que ronda os 80% (resultante dos valores de reservas em capital próprio) e um rácio de solvabilidade na ordem dos 3,6 valores.

Este diagnóstico reforça a capacidade de gestão da TAGUS em prosseguir com os seus projectos futuros e planos de financiamento.

Relativamente à sua organização processual, toda a documentação que dá entrada na TAGUS encontra-se registada com um código específico de enquadramento, arquivada em suporte físico e digital, é apresentada ao Técnico Coordenador que indica o despacho para o técnico/departamento que vai efectuar o tratamento da informação.

Relativamente às regras da publicitação dos fundos, além das normas previstas na legislação, utiliza igualmente os diversos meios de comunicação de que dispõe (site, imprensa, facebook, rádio, etc) para a divulgação das várias iniciativas em que a TAGUS se envolve, bem como das actividades dos seus beneficiários e parceiros.

A contabilidade da TAGUS é feita nos serviços internos da Associação, no programa SAGE infologia linha 50, com o apoio de uma assessoria externa de um gabinete de contabilidade. Este modelo de funcionamento tem-se mostrado claramente positivo, na medida em que os documentos contabilísticos nunca abandonam a organização, são classificados directamente no original, os mapas financeiros, tais como balancetes são retirados de imediato do sistema, os desvios entre o orçamentado e o real são monitorizados, e num curto espaço de tempo prestam-se os esclarecimentos necessários às entidades de controle.

Anualmente são produzidos os relatórios do Plano de actividades e contas para o ano seguinte, com o relatório de encerramento de contas e avaliação de actividades são verificados os desvios e as respectivas justificações para as suas ocorrências. Conforme o previsto estatutariamente os documentos são aprovados em Assembleia e encontram-se disponíveis no site da TAGUS em www.tagus-ri.pt.

Todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços cumprem com a legislação do código da contratação e nos ajustes directos é sempre feito convite a pelo menos três entidades e são cumpridas todos os trâmites implícitos pela legislação.

A estrutura orgânica da TAGUS, ainda que de modo informal, já se encontra organizada em função das tarefas e responsabilidades cometidas a cada técnico. Ao nível da Equipa Técnica Local (ETL), a TAGUS actualmente é composta por cinco técnicos superiores, distribuídos em dois departamentos, a quem são atribuídas ao primeiro as funções de gestão, e ao segundo as de animação e dinamização da Estratégia Local de Desenvolvimento (EDL).

Nome	Função
. Pedro Saraiva	Técnico Coordenador
. Conceição Pereira	Gestão financeira e análise de projectos
. Joana Maia	Dinamização da EDL

. Vera Vicente	Comunicação da EDL
. Vera Falcão	Análise de projectos
. Celia Pereira	Assistente administrativa
. Tiago Pombo	Contabilidade
Posteriormente:	
Luís Quintas	CEI - na área do apoio à organização eventos
Agronomia	Análise de projectos e dinamização da EDL
Acção social	Análise de projectos e dinamização da EDL

Atendendo às competências técnicas e experiência existente no seio da TAGUS, esta associação tem sido convidada por diversas entidades públicas e privadas para colaborar na organização e montagem de exposições várias e acções de divulgação e promoção dos agentes e recursos da região, sentindo-se claramente a necessidade de reforçar as suas competências e capacidades de resposta no âmbito da TAGUS 2020 - DLBC para responder aos novos desafios que agora se lhe apresentam durante os próximos 7 anos.

D. Diagnóstico da situação do território de incidência

Caracterização geral do território

Este território que agrupa a área Sudeste da NUT III do Médio Tejo, estende-se ao longo de 887 km² e abarca uma população residente de 47.320 habitantes - os quais segundo a classificação da ruralidade das freguesias se encontram repartidos em 25.234 nas freguesias rurais e os restantes 22.086 como população urbana - com uma densidade populacional de 53,22 habitantes por km², distribuídos de forma equitativa em termos de género, mas tal como a distribuição nacional, com uma ligeira preponderância do género feminino (51.8%).

Reflexo dos fluxos actuais em termos demográficos, apresenta uma estrutura etária reveladora das dificuldades que as regiões desfavorecidas sentem. Com um decréscimo populacional entre os últimos Censos de -5,65%, que se acentua nas freguesias fora do aglomerado urbano de Abrantes, uma população activa de 42,63%, que revela um índice de dependência na ordem dos 75,5% com uma evolução negativa de 18% face aos dados de 2001, que também demonstra de forma inequívoca as dificuldades futuras em termos demográficos e de actividade económica, pois um índice de envelhecimento de 202% evidencia a dificuldade que o território sentirá na desproporção futura a longo prazo na relação entre população com idade activa e não activa.

Mais evidente fica a necessidade de procurar instrumentos que estimulem a fixação das populações quando se observam os dados sobre a variação dos escalões etários em que, de 2001 para 2011, se verifica um valor de variação negativa de - 30,44% no escalão dos 15-24 anos e o crescimento no escalão dos 65 ou mais anos, de 2,53%.

Em termos de nível de escolaridade verifica-se uma clara diminuição no número de pessoas sem qualquer grau de instrução, passando de 10.067 indivíduos em 2001 para os 5.251 em 2011, o que significa um decréscimo de 52,16%. A destacar, o facto de se assistir neste período de tempo ao aumento do número de indivíduos com o ensino secundário e superior concluídos, correspondente a um aumento de 1,18% e 83,32% respectivamente.

No que concerne ao desemprego assiste-se a um aumento de 35,2% entre 2001 e 2011, apesar da diferença já não ser tão acentuada entre géneros, a população feminina é a que apresenta a taxa mais elevada em 2011 (homens 12,68% e mulheres 13,88%). Relativamente aos grupos etários, importa mencionar que o número de desempregados se verifica em maior número na população mais

jovem e entre os 45 e 64 anos de idade. A procura de novo emprego é mais significativa (82,14%) do que a procura do primeiro emprego (17,86%), situação idêntica nos âmbitos local e regional.

Assim, em termos populacionais, desde já se evidencia a necessidade de procurar instrumentos que contribuam para minimizar a tendência e inverter o processo de êxodo rural.

De referir que se assiste a um decréscimo de 12,77% da população economicamente activa, em particular no sector primário em que a descida é de 46,36% na última década. Por fim, a evidência da terciarização da actividade económica do território, que passa já dos 67,70% de activos empregados no sector dos serviços e com tendência para continuar em crescimento, por contraponto à indústria que concentra 29,01% dos empregados e a agricultura apenas com 3,33%.

No que se refere à actividade empresarial e, de acordo com a informação do Instituto Nacional de Estatística (INE) referente a 2012, no território existem 3.545 empresas, das quais 96,78% são pequenas e médias empresas.

O comércio por grosso e retalho (860 empresas), o alojamento, restauração e similares (358 empresas) e as empresas administrativas e de serviços de apoio (339) afirmam-se como os principais sectores de actividade. Mas quanto ao emprego, verifica-se que a indústria transformadora é o principal empregador (27,05%), seguido pelo comércio por grosso e retalho (19,85%) e pela construção (14,16%).

Numa análise um pouco mais desenvolvida, tomamos consciência de que em termos médios o volume de facturação das empresas ronda os 301.547,66 € e um n.º de 2,7 trabalhadores ao serviço, o que nos permite concluir que a grande maioria das empresas do território se enquadra de forma evidente na tipologia de beneficiários que ao nível da actividade económica se torna evidente privilegiar.

Relativamente ao poder de compra *per capita*, a média dos valores do território (81,04) está abaixo da nacional, reflectindo a tendência da região Centro onde se insere, sendo esta apontada com um dos níveis de poder de compra mais baixo do país, segundo os dados de 2011.

Assumimos como ponto de partida um conjunto de informações básicas sobre as principais áreas de actividade do território. Em particular as actividades económicas, sociais e culturais.

Em termos económicos, a taxa de actividade no território proposto para intervenção ronda os 42,62%, um ligeiro decréscimo de 0,89% de 2001 para 2011, valores estes que se mantêm inferiores à média do Médio Tejo (43,96%).

Acompanhando esta evolução das taxas de actividade entre 2001 e 2011, ocorreram também alterações significativas na estrutura sectorial da actividade económica:

É notória a redução dos activos no sector primário (-46,36%), registando-se também um decréscimo da população activa no secundário (-26,66%). O sector do comércio e serviços também registou um decréscimo, mas menos acentuado, apenas de 1,78%.

Caracterização das áreas prioritárias da EDL

Apresentam-se de seguida os dados estatísticos das principais áreas de actuação em que a TAGUS pretende basear o seu trabalho nos próximos 5 anos, a saber: a Agricultura, os Produtos Locais, o Turismo, Micro-empresas, Acção Social e a Educação.

Agricultura

No que diz respeito ao sector primário, no território tem-se assistido a uma evolução em linha com as principais tendências nacionais, com a redução nos números de produtores, áreas e explorações, contribuindo também para a sua concentração em explorações de maiores dimensões. Por outro lado, os sistemas de incentivos têm estimulado o surgimento de jovens investidores que começam a ter produto para colocar e novos desafios para responder.

Assim, tendo como base os CENSOS 2011, poder-se-á concluir que o sector ocupa cerca de 3,33 da população activa empregada da zona de intervenção, denotando aqui uma redução com bastante expressão e que encontra também a sua explicação pelo facto de igual significado de redução também se registar no n.º de explorações agrícolas, com uma variação negativa de 38%, por via principal das explorações com menos de 1ha.

Neste campo em particular importa aprofundar um pouco mais a informação, porque para além da redução no n.º de explorações, a área também apresenta uma diminuição significativa de 52,1%, a qual encontra maioritariamente a explicação na reclassificação que em Constância se operou na área das “Matas e Florestas sem culturas sob coberto” na ordem do 30.000ha do campo militar de Sta. Margarida da Coutada.

A actividade de exploração agrícola é de tipo familiar, por conta própria, em que o tempo de actividade na exploração é parcial maioritariamente, assumindo um carácter de complemento ao rendimento do agregado (menos de 50% desse rendimento), o que poderá indicar um vínculo, pessoal e económico, importante entre a população agrícola e as suas terras. Segundo os dados do RGA 2009, a grande maioria dos produtores agrícolas encontra-se no escalão etário dos 40 ou mais anos e o grau de escolaridade encontra-se na sua quase totalidade no ensino básico ou inferior, embora se registre uma evolução positiva no nível de instrução.

O Ribatejo Interior possuía em 2009 (INE RGA 2009) um total de 1.834 explorações com uma superfície total de 35.319,23ha, os quais se encontram distribuídos por 1.826 explorações com Superfície Agrícola Utilizada, a que correspondia uma área de 14.773,58ha, estes valores reflectem um decréscimo em relação ao anterior RGA de 99. Em contrapartida, no Ribatejo Interior, existem 920 explorações utilizando 19.785,14ha em Matas e florestas sem cultivo sob coberto, o que representa cerca de 56% da área total das explorações do território agora proposto para alvo de intervenção.

Da análise da utilização das terras importa realçar o factor que será determinante na intervenção da TAGUS para este período programático, onde para além da importância maioritária do sector florestal na ocupação da superfície, o importante peso que o olival assume também no território.

Sendo o território responsável por uma importante quantidade do Azeite certificado do Ribatejo, não podemos deixar de relevar duas conclusões que nos parecem consubstanciar a necessidade de incluir uma componente de apoio ao sector. Cerca de 97,1% das explorações tem olival e representa cerca de 32,6% da área de superfície agrícola utilizada no Ribatejo Interior.

Em resumo, o Ribatejo Interior consubstancia a sua agricultura num conjunto com as seguintes características:

Um território fundamentalmente assente em explorações por conta própria (95,89% do total de explorações com terra).

Maioritariamente dedicado à produção florestal e na agricultura ao olival.

Elevado número de pequenas a médias explorações (8,09 ha/exploração), registando-se aqui uma evolução positiva na dimensão das explorações na ordem dos 33,9%, as quais ocupam apenas um quarto da área total e são bastante fragmentadas, tendo em média 3,85 blocos. Estas, são em grande maioria por conta própria, e do tipo familiar, havendo um baixo recurso à mão-de-obra assalariada.

A população agrícola apresenta um elevado envelhecimento, principalmente nas classes mais baixas e um reduzido grau de instrução (básico).

A grande percentagem desta população cede menos de 50% do seu tempo de trabalho à exploração (tempo parcial) e obtém dessa actividade menos de 50% do seu rendimento total (complemento ao rendimento do agregado).

A produção agrícola da zona de intervenção é maioritariamente caracterizada pela horticultura, pinheiro bravo e horto-industriais, possuindo características edafo-climáticas favoráveis à exploração florestal.

Mais recentemente, com um importante esforço por parte de alguns produtores, o território tem obtido bons resultados em qualidade na produção Vitivinícola e de Azeite.

Da análise da utilização das terras importa realçar a importância que o Olival assume na região, assumindo-se este território como um dos principais responsáveis por uma importante quantidade do Azeite certificado do Ribatejo, não podemos por isso deixar de evidenciar a necessidade de incluir na estratégia de desenvolvimento local uma componente de apoio ao sector. De salientar que os agentes que actuam no território (TAGUS, autarquia, produtores, associação de agricultores, direcção regional de agricultura, centros de investigação e conhecimento entre outras) têm-se esforçado por levar a cabo um conjunto de iniciativas para valorizar o sector junto dos consumidores finais como também para desenvolver a temática junto dos actores que intervêm nesta área, articulando-os em rede para os tornar mais competitivos. Exemplo disso, têm sido as diversas acções promocionais, degustações, cursos de iniciação à prova, exposições, entre outras acções que têm sido dinamizadas no território, importância manifesta que deu origem a um Encontro Ibérico do Azeite, que conjuga todas estas actividades com um simpósio técnico, onde se reúnem especialistas do sector da Península Ibérica.

Outro produto na região que se destaca pela quantidade de prémios nacionais e internacionais que acumula anualmente é o vinho. Notório tem sido o esforço dos pequenos produtores em modernizar as suas adegas e melhorar os seus métodos de produção para responder aos novos desafios, não só para a internacionalização, como também para melhorar a atractividade do Ribatejo Interior.

Produtos Locais

Esta região caracteriza-se por congregar um leque diversificado de produtos (azeite, vinho, mel, compotas e doces, enchidos e fumeiro, doçaria tradicional, cerveja, queijo) que conservam as características tradicionais dos sabores ancestrais.

Os azeites resultam de uma interacção perfeita de clima mediterrânico, de solos que na Zona Norte do Ribatejo são predominantemente argilosos, e das diferentes combinações permitidas entre as principais variedades cultivadas: Galega e Cobrançosa.

São azeites doces e frutados suaves, quando impera a variedade Galega, podendo a Cobrançosa contribuir para o aparecimento dos frutados mais verdes, de ligeiros amargos e picantes. Na região, além de 5 pequenos produtores olivícolas com marca própria e que já trabalham em parceria, há cooperativas agrícolas e outros produtores a investir no sector e a associarem-se para ter capacidade de resposta junto do mercado. De referir as raízes que ainda perduram do Azeite Gallo, marca mundialmente conhecida, que tem a empresa Victor Guedes ainda instalada em Abrantes, desde o século XX.

Planícies nas zonas mais largas do vale do rio Tejo, zonas mais acidentadas na margem norte deste rio, passando pelos planaltos característicos da charneca ribatejana caracterizam o Ribatejo Interior, que conjugados com o clima mediterrânico, de verões secos e quentes e invernos com temperaturas matinais que poderão estar abaixo dos 0°C, dão origem a vinhos brancos e rosés frescos e elegantes, mas também a vinhos tintos concentrados e com elevada capacidade de guarda. A aposta que os 5 produtores locais vinícolas têm feito nas castas portuguesas, como a Touriga Nacional, tem dado os seus frutos nomeadamente nos principais concursos internacionais.

Além de marmeladas, compotas e outros doces, o território é munido de tradição apícola desde o séc. XII. No Ribatejo Interior estão identificados 3 produtores de mel e de artigos derivados provenientes de diferentes flores (rosmaninho, laranjeira, eucalipto, urze, multiflores). Existem 2 produtores de compotas/doces e, recentemente, um novo produtor certificado em modo de produção biológica.

No que concerne a doçaria tradicional, muito rica e de importância histórica nesta região, onde se destacam a palha de Abrantes, as tigeladas, as broas de noz e mel e os queijinhos do céu, são identificados 20 doceiros com venda directa ao público, entre os quais salientamos a existência de jovens produtoras que apostam em novos artigos de doçaria (exemplo, bolachas). No entanto, está identificada a necessidade no território de alguns deles ultrapassarem os obstáculos legais ao utilizar infraestruturas devidamente certificadas ao nível da segurança alimentar podendo o INOV'LINEA ser a resposta.

Em relação aos enchidos e fumeiro, o Ribatejo Interior beneficia dos paladares e aromas, não só da região onde se insere, como das regiões que o confinam, o Alentejo e a Beira Baixa, acabando por reflectir-se na sua riqueza o gosto característico e os métodos de confecção destas iguarias. São identificados 3 produtores, um dos quais de cariz mais industrial e os restantes de índole tradicional.

No que concerne o queijo, temos instalado no Ribatejo Interior uma unidade de produção de uma marca implementada a nível nacional (Saloio). Mas surgiu um novo empreendedor que, apesar de ter há mais de uma década uma exploração agro-pecuária caprina, só recentemente se dedica à transformação do leite em queijos, que procura conjugar outros produtos locais como matérias-primas dos seus artigos (exemplo, queijo curado em vinho tinto, queijo com orégãos...).

Fruto de novas tendências do mercado, surgiu uma nova tipologia de produto no território, a cerveja artesanal. Neste momento, existe apenas um pequeno produtor a comercializar a sua marca, mas acredita-se que poderá ocorrer outras apostas neste tipo de produto.

Embora não exista ainda implementada uma marca territorial que agregue os produtos do Ribatejo Interior, estes afirmam-se claramente pelo binómio qualidade e preço.

Relativamente ao artesanato, a região tem perdido muitos dos seus artesãos tradicionais correndo o risco de perder a sua identidade neste tipo de produto. Existem jovens a trabalhar diferentes matérias - primas, embora as peças que laboram não reflectam a origem Ribatejo Interior. No trabalho futuro, espera-se poder contribuir para criar uma imagem mais contemporânea que torne atractivo o artesanato e identifique os usos e costumes desta comunidade e, por outro lado, recuperar artes e ofícios que se estão a perder (tecelagem, olaria...). Também se pretende sensibilizar os novos empreendedores nesta área para se habilitarem devidamente para a prática da actividade. São identificados 18 artesãos com prática regular e que cumprem pelo menos os requisitos mínimos legais.

Turismo

Ao nível do Turismo, as últimas informações disponibilizadas pelo INE indicam-nos que no Ribatejo Interior existem 7 estabelecimentos hoteleiros com 314 camas que permitiram a dormida de 22.051 pessoas. Em média, pernoitaram entre 1 a 1,5 dias na região.

No entanto, recorrendo a informações internas e dada a proximidade com os agentes turísticos locais, permite-nos identificar uma realidade em torno de um total de 24 estabelecimentos turísticos, com 533 camas, dos quais 14 são unidades de turismo em espaço rural (TER), o que em termos de estabelecimentos coloca o TER com 58,33% da oferta turística do território. Esse rácio baixa significativamente para os 36,77% quando analisamos o peso do TER no n.º de camas disponíveis.

A oferta de alojamento pode ainda aumentar se considerarmos as 5 unidades encerradas nos últimos anos (3 das quais hotéis com grande capacidade), podendo vir a disponibilizar um adicional de 283 camas (este valor irá aumentar se vier a ser concretizado o investimento que se encontra perspectivado para Sardoal).

De acordo com os registos efectuados nos postos de turismo e outros equipamentos turísticos da região, em 2014, o Ribatejo Interior recebeu 19.203 turistas provenientes na sua maioria do território português, mas também se observa visitantes de destinos como Espanha, França, Reino Unido, Alemanha e outros países do norte da Europa.

Em termos de oferta turística, existem aproximadamente 50 equipamentos passíveis de visita (museus, igrejas, núcleos museológicos, castelo, parques temáticos, centro de ciência viva, galerias de arte, entre outros) que exploram temáticas dos recursos endógenos e históricos de Abrantes, Constância e Sardoal.

Para dinamizar o território estão presentes 11 empresas de animação turística, assim como várias associações culturais e recreativas que com a sua dinâmica valorizam os recursos e potenciam a atractividade do Ribatejo Interior ao organizar eventos (percursos pedestres e de btt, mostras de tradições, festivais etnográficos...). No âmbito das agências de viagens, tem-se assistido a um trabalho de *outgoing*, emissão de turistas nacionais para outros destinos, porém já há interesse por parte de algumas das 5 agências presentes de trabalhar o *incoming*, organizando pacotes turísticos capazes de atrair e aumentar os fluxos turísticos, aproveitando a proximidade ao eixo Tomar-Leiria-Fátima.

Na região é evidente a ligação de Constância ao turismo activo, assumindo-se como ponto de referência nacional para a prática da canoagem e dispondo de várias infraestruturas com capacidade de oferta variada nas áreas da ciência, ambiente, história, cultura e religião capazes de responder aos interesses de vários grupos etários.

Em Sardoal, a ligação da vila e da sua população às tradições religiosas é evidente, com o seu expoente máximo por altura da Páscoa, na Semana Santa. O património deste concelho não se restringe ao imaterial como também riquíssimo é o seu património material evidenciando-se os retábulos quinhentistas do Mestre do Sardoal e as inúmeras capelas e igrejas que ainda preservam as suas características originais.

Por sua vez, Abrantes tem a sua ligação histórica à linha defensiva do Tejo, tendo sido outrora um dos principais portos fluviais quando o rio era a principal via de comunicação de produtos e pessoas entre o interior e a capital, e que preserva ainda o seu castelo do século XII, hoje um dos locais mais visitados desta cidade. A norte do concelho situa-se a notável albufeira de Castelo do Bode, que abastece de água a Grande Lisboa e serve de zona balnear proporcionando múltiplas actividades recreativas e de lazer.

Acção Social

Ao nível da saúde, constata-se que o território dispõe de 1 hospital, 3 centros de saúde e 24 unidades de cuidados personalizados e um Centro de Diagnóstico Pneumológico. Para além disso, o território dispõe de 16 farmácias e 4 postos farmacêuticos.

Embora abaixo do valor médio da NUT III (2 médicos/1.000 habitantes), o território dispõe de uma média de 1,5 médicos para 1.000 habitantes, de acordo com os dados extraídos do INE.

De acordo com a Delegação Regional de Santarém do Instituto de Segurança Social, em termos de serviços e equipamentos de apoio a crianças e jovens existe no território 20 infraestruturas: 10 creches (um privada), 7 jardins-de-infância e 3 centros de actividades de tempos livres.

A região dispõe ainda de 1 centro de acolhimento temporário, 1 lar de infância e juventude e 1 centro de apoio familiar e aconselhamento parental para as crianças e jovens em situação de perigo. Também para a reinserção social, existe um projecto que procura dar resposta às pessoas em situação de toxicodependência munido de uma equipa de apoio e espaço de acolhimento.

O Ribatejo Interior é dotado de uma instituição com as valências de Centro de Actividades Ocupacionais e Lar Residencial e Intervenção precoce dedicada à população portadora de deficiência e 15 cantinas sociais para famílias com dificuldades económicas.

Para a população idosa, a região dispõe de 44 serviços e equipamentos que dispõem das seguintes respostas sociais: Centro de convívio; Centro de Dia, Serviço de apoio domiciliário e Estruturas Residenciais.

Por fim, no âmbito do associativismo é um movimento bem presente no território, de onde se ressalta um total de 105 colectividades desportivas, culturais e recreativas, 17 grupos e ranchos folclóricos e 35 entidades ligadas à acção social e solidariedade.

Educação

Em relação aos equipamentos de ensino, funcionam actualmente 4 agrupamentos escolares de ensino básico que concentram os 1º, 2º, 3º ciclos, secundário, ensino profissional e vocacional e duas instituições que oferecem formação superior. Este universo caracteriza-se

por 6.639 alunos e encontra-se distribuído por 24 estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1ºciclo, 4 escolas que disponibilizam o 2ºciclo, 5 com o 3ºciclo, 5 de ensino secundário, 5 que oferecem cursos profissionais e vocacionais e 2 de ensino superior.

Em termos formativos existe igualmente a EPDRA - Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes, o centro regional de formação profissional do IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes com os cursos de CET's Cursos de Especialização Tecnológica para pessoas sem habilitação própria para a frequência do ensino superior que permitem em ambos os casos o salto já referido na qualificação da população e dos agentes do território e uma preparação para ingresso no ensino superior.

Ainda em termos de qualificação, regista-se a presença no Tecnopólo do Vale do Tejo, do INOV.LINEA Centro de Transferência para a indústria agro- alimentar, associado a outros investimentos já concretizados e apoiados no âmbito de financiamentos do PO regional e do LEADER com a instalação do a.LOGOS (laboratório de análises) também com funcionalidades específicas à indústria agro-alimentar.

Apesar da oferta educativa existente, salienta-se que o abandono escolar regista percentagens preocupantes muito acima do Médio Tejo (1,66%), da região Centro (1,40%) e da média nacional (1,58%), registando-se taxas de 1,78% em Abrantes, 2,09% em Constância e 2,64% em Sardoal, conforme os dados estatísticos do INE de 2011. A taxa de retenção no ensino básico regular em Abrantes é de 10,6% sendo superior às existentes nas NUT's III e II, mas em Constância e Sardoal o cenário é contrário sendo apenas de 4,6% e de 7,2% respectivamente.

Projectos de valorização das tradições locais e ciências experimentais podem ser uma resposta para inverter esta situação ao motivar os estudantes para uma aprendizagem mais prática e especializada e ao contribuir para o aumento do sentimento de pertença e orgulho por parte destes pela sua região.

Cooperação e trabalho em rede

Em termos de cooperação, a TAGUS tem desenvolvido projectos ligados ao turismo, aos produtos locais e circuitos curtos de comercialização. De destacar a nível transnacional, o projecto ibérico TEJO VIVO que agregou 17 associações de desenvolvimento local (espanholas e portuguesas) com o objectivo de contribuir para o aumento da competitividade e desenvolvimento social, cultural, económico e ambiental dos territórios que se situam em torno do rio Tejo.

Ainda no âmbito do turismo, participou num projecto de promoção e valorização das potencialidades e recursos endógenos dos territórios, envolvendo a participação de 8 grupos de acção local responsáveis pela dinamização de actividades em ambiente urbano para atrair um maior número de visitantes para as suas regiões.

Foi criada uma rede de espaços de promoção e comercialização de produtos locais e artesanato no Ribatejo Interior (3) e em Lisboa (2) para dar a conhecer a excelência dos artigos regionais, facilitar o seu escoamento e melhorar o seu posicionamento no mercado (local e nacional).

No sentido de impulsionar novas formas de comercialização de produtos agrícolas, a TAGUS implementou no Ribatejo Interior a metodologia PROVE - Promover e Vender de modo a dar um contributo importante para o escoamento dos produtos hortofrutícolas e a melhorar as relações de proximidade entre quem produz e quem consome. Este projecto, que resulta de uma parceria nacional de 15 associações de desenvolvimento local, estabelece uma ligação directa com a agricultura e sensibilizando os consumidores para os ciclos anuais das culturas hortofrutícolas. O Ribatejo Interior tem actualmente 2 núcleos PROVE em funcionamento constituídos por 8 produtores que entregam aproximadamente 40 cabazes semanais a famílias da região.

No âmbito da Estratégia de Eficiência Colectiva (EEC) PROVERE Mercados do Tejo, a TAGUS foi membro activo do consórcio, assumindo particular relevância a sua actividade na angariação e dinamização de investimento FEADER por via do PRODER com o apoio a vários projectos de diversificação e de transformação em Lagares e Adegas.

Neste campo em particular da EEC PROVERE a TAGUS dinamizou os Mercados Ribeirinhos que tiveram como objectivo reabilitar os antigos portos fluviais, recriando as tradições históricas das trocas comerciais junto ao rio Tejo, estabelecendo uma rede de mercados locais nos principais parques ribeirinhos do Tejo, intervencionados no âmbito do VALTEJO.

Foram dinamizadas várias iniciativas de animação da parceria em torno dos produtos locais e artesanato, conjugando actividades culturais, desportivas e de lazer.

Nas duas edições, constituídas por 3 eventos cada, foram envolvidos 156 produtores (hortofrutícolas e produtos alimentares transformados) e artesãos, 42 associações e colectividades e 12 tasquinhas de promoção da gastronomia tradicional.

Realizaram-se 28 actividades musicais, 24 desportivas, 6 de animação infantil, 16 sessões de cinema ao ar livre, 12 espectáculos de dança e etnografia, 10 workshops, e 5 exposições que proporcionou a 7.000 pessoas o usufruto das margens ribeirinhas como espaços de lazer.

Diagnóstico estratégico (análise swot)

objectivos estratégicos para a Diversificação da Economia e para a melhoria da Qualidade de Vida no Território (SWOT)

domínios (áreas temáticas)	pontos fortes	pontos fracos	oportunidades	ameaças	objectivos estratégicos
Actividade económica	<ul style="list-style-type: none"> . Existência de grandes indústrias consumidoras de produtos e/ou serviços de empresas satélite . Reconhecimento como região centro do turismo náutico e activo . Proximidade ao eixo Almourol - Tomar . Produtos locais de qualidade reconhecida em concursos nacionais e internacionais . Tradição de produção de produtos locais (doçaria, azeite, vinho, enchidos, queijo...) . o turismo equestre, a caça e a pesca assumem-se com relevante expressão no território 	<ul style="list-style-type: none"> . Rede fraca de difusão da informação . Divulgação pouco eficaz da região . Imagem de qualidade pouco percebida e reconhecida pelos consumidores . redução do n.º de explorações e de área utilizada 	<ul style="list-style-type: none"> . INOV.LINEA e LINE.IPT centros de Investigação e desenvolvimento tecnológico para produtos agro-alimentares e (em particular) . VALTEJO e os investimentos concretizados . Castelos do Tejo projecto valorização regional . TEJOVIVO - projecto de valorização transnacional . Acessibilidades rodo e ferroviária . nas explorações, mantiveram-se o n.º e áreas das hortas familiares que estão associadas à subsistência (PROVE) 	<ul style="list-style-type: none"> . Envelhecimento da população . Dependência do mercado de emprego em poucas e grandes entidades empregadoras . Dependência face aos grandes centros urbanos relativamente ao sector dos serviços . Crise económica (incêndios florestais e indústria) . redução da dimensão financeira dos projectos a apoiar no âmbito do DLBC com a consequente externalização dos sistemas de apoio face à EDL. 	<p>1. Combater o êxodo rural e o abandono da actividade agro-florestal</p>

domínios (áreas temáticas)	pontos fortes	pontos fracos	oportunidades	ameaças	objectivos estratégicos
Qualidade de Vida	<ul style="list-style-type: none"> . Cartas escolares aprovadas . Redes sociais municipais em funcionamento . Capacidade organizativa instalada ou em articulação com as comunidades e inter-agentes locais 	<ul style="list-style-type: none"> . Fraca experiência de trabalho conjunto e integrado com outros agentes e lugares . Relutância na deslocação de crianças e idosos 	<ul style="list-style-type: none"> . Concentração dos centros escolares . Lógica de integração territorial que os instrumentos de planeamento estão a impor . inclusão de FSE no âmbito da EDL para promover redes de serviços de proximidade 	<ul style="list-style-type: none"> . Desvitalização dos centros populacionais mais pequenos 	2. Promover a Qualidade de Vida

Identidade territorial	<ul style="list-style-type: none"> . Sector Olivícola (Tradição, Região Demarcada, Peso Económico devido à concentração de oferta) . Produtos Regionais Tradicionais de Qualidade (Azeite, Vinho, Queijo, Enchidos, Doçaria, Mel, Artesanato) . Tradição Histórico-Cultural (Monumental, Museologia, Utensílios Agrícolas, Flor e Tradições Religiosas) . Património (Industrial, Metalomecânica, Arquitectónico e Arqueológico) 	<ul style="list-style-type: none"> . Fraca divulgação dos recursos locais 	<ul style="list-style-type: none"> . Reforço e complementaridade resultante da confluência das tradições e cultura do Alentejo, Beira e Ribatejo 	<ul style="list-style-type: none"> . Imagem difusa que da confluência das tradições advém para o território (não é Alentejo, nem Beiras, nem Ribatejo) 	3. Preservar a identidade territorial
------------------------	--	--	---	---	---------------------------------------

domínios (áreas temáticas)	pontos fortes	pontos fracos	oportunidades	ameaças	objectivos estratégicos
Actividades agrícolas de tradição local e regional Olival e Mancha florestal	<ul style="list-style-type: none"> . Forte tradição da actividade Azeite e Floresta . Grande potencial produtivo e de expansão . Qualidade reconhecida dos produtos actuais . Existência da DOP Azeites do Ribatejo 	.Fraccionamento elevado das explorações agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> . Majorações nos apoios de estado a projectos que promovam eficiência colectiva entre proprietários . Bolsa de Terras . pequenos investimentos nas explorações e na transformação e comercialização geridos localmente no GAL 	<ul style="list-style-type: none"> . Desconfiança natural decorrente da tradicional afeição ao conceito de propriedade . Os condicionamentos burocráticos . Ausência de normativos que responsabilizem os proprietários pelos custos e ineficiências que resultam da sua inactividade 	4. Dinamizar e proteger o Olival e a Mancha Florestal

Governança local e articulação em rede	<ul style="list-style-type: none"> . Existência de uma parceria pública e privada, com 20 anos de trabalho . Projectos dedicados à dinamização e valorização do território . Actores fortemente implicados nos seus processos de desenvolvimento colectivos sectoriais . Experiência de liderança de projectos em cooperação 	. Desconfiança quanto à delegação de competências e assumpção	<ul style="list-style-type: none"> . Oportunidade de articular em rede em termos regionais, nacionais, ibéricos e transnacionais . Projectos em cooperação que colocam nas ADL's um papel de agentes locais integradores de projectos em escalas superiores à intermunicipal de base local 	<ul style="list-style-type: none"> . Instrumentos financeiros escassos associados aos projectos de promoção e valorização . Actores regionais com relevantes papéis que lhes condiciona a perspectiva de acção de base territorial . Insuficiência de recursos para a gestão e dinamização das parcerias no âmbito do concurso 	5. Governança local e articulação em rede
--	--	---	--	---	---

E. Proposta de Estratégia e Resultados Esperados

Assumindo a visão de que em 2023 o território experimentou e consolidou condições que contribuem para fixar população no seu interior, pelo desenvolvimento de modo integrado das relações entre a economia, o seu património e a qualidade de vida das suas populações residentes, com uma ênfase especial na valorização da economia do lazer e bem-estar com base nos seus recursos endógenos.

Como desafio para a fixação de pessoas, o acesso ao emprego e a redução da pobreza através de uma actividade económica sustentável que será o pilar de actuação.

Para tal, procurará dinamizar economicamente o território, revitalizando os seus mercados locais e a sua articulação com mercados mais amplos, estimulará a diversificação nas economias locais e promoverá a inovação social e a procura de novas respostas aos problemas de pobreza e de exclusão social a que nos territórios rurais, com maior debilidade económica e social, as suas populações estão expostas.

A TAGUS consciente de que o seu papel não é de responsabilidade exclusiva, mas sim contributiva, definiu como objectivos específicos no âmbito da sua estratégia de desenvolvimento local TAGUS 2020, mas que assumem particular significado no DLBC - rural, procurar contribuir para combater o êxodo rural e o abandono da actividade agro- florestal, promover a qualidade de vida, preservar a identidade territorial, dinamizar e proteger o olival e a mancha florestal e reforçar a governança local e articulação em rede.

Um conjunto vasto e abrangente de temas a tocar, mas que igualmente reflectem a imensidão de áreas sobre as quais se pode contribuir para preservar a actividade e dinâmica nos espaços rurais, é nosso entender.

Em termos operacionais, no que diz respeito ao contributo para o combate ao êxodo rural e abandono da actividade agro-florestal, através do Desenvolvimento Local de Base Comunitária para o território, com a definição de um conjunto de eixos prioritários de valoração na apreciação dos projectos candidatos, vai-se procurar dar prioridade a projectos que visem por um lado estimular a fixação da população, em particular a mais jovem, reforçar o complemento do rendimento familiar proveniente da exploração agrícola e florestal, facilitar o escoamento da produção local, inovar nas formas de comercialização e incentivar a Investigação e Desenvolvimento de novos produtos.

Por outro lado, ao nível da promoção da qualidade de vida, projectos que visem fomentar serviços de proximidade em geral, com tónica particular para crianças e idosos e que estimulem envolvimento das comunidades e actores locais, deverão ser tidos em conta

como estratégicos para o desenvolvimento do território, pois sobre este eixo de acção recai um importante peso sobre os argumentos que justificam a opção de querer permanecer em espaço rural.

Numa perspectiva de preservação da identidade e estímulo do sentimento de pertença, não se deve deixar de ter em conta a importância e papel que a divulgação e valorização de usos, costumes e tradições locais pode assumir, a par da valorização do Património Natural e Arquitectónico tradicional e da diversificação e reforço dos equipamentos e actividades de animação turística ligadas principalmente aos dois rios que atravessam o território.

Com a apropriação da capacidade de acção ao nível dos pequenos investimentos na agricultura e nos investimentos para a transformação e comercialização, a estratégia comporta igualmente uma preocupação grande em torno da sensibilização dos proprietários para as formas colectivas de organização de produtores e, em particular, os associados aos importantes sectores do Olival e da produção florestal. Neste aspecto, em termos operacionais, procuraremos estimular para o aproveitamento mais racional destes dois importantes recursos endógenos, mas também procurar responder aos novos projectos que recentemente foram surgindo no âmbito dos jovens agricultores (com os produtos biológicos, os frutos vermelhos, os cogumelos) através de planos de acção específicos ou procurando introduzir inovação e novos modelos de produção e transformação, potenciando dessa forma a utilização do PDR 2020 na sua amplitude de acção.

Por fim, assumindo o modelo como um instrumento de indução do desenvolvimento sustentado a médio longo prazo, em termos operacionais, consideramos pertinente criar as condições necessárias para implicar os diferentes actores sectoriais na definição e implementação da estratégia de desenvolvimento territorial, envolvendo-os na gestão e responsabilizando-os com os resultados obtidos.

Em concreto e, a esse nível, na sequência dos trabalhos preparatórios para esta primeira fase de pré-qualificação foram identificadas as principais áreas de actuação, conforme se procurou caracterizar no ponto anterior e sobre as quais se conduzirá o trabalho de aplicação da estratégia.

Ao nível Agrícola, com a construção de um conjunto de planos de acção para sectores identificados como prioritários, como são os casos do olival, dos biológicos, dos jovens agricultores, dos frutos vermelhos ou dos hortofrutícolas (por exemplo, os figos...) que terão como função ajudar na concretização da EDL e a tornar mais eficaz os apoios aos pequenos investimentos na agricultura, mas também na comercialização e transformação que passou a ser elegível em maior escala.

Por outro lado, o tema dos Produtos Locais, com a importância de sensibilizar e dinamizar a acção em torno de acções colectivas, de estímulo à criatividade e do apoio à inovação.

Numa área distinta, mas com necessidades similares identificadas, surge o tema do Turismo, onde de novo a necessidade de se dinamizarem as actividades através de acções colectivas, procurar a criatividade na abordagem ao tema e estimular a inovação foi conclusão identificada.

O Empreendedorismo, palavra gasta pelo uso exacerbado, na nossa perspectiva será utilizada como sinónimo de nova atitude pelos promotores dos projectos e um ecossistema pro-activo que os apoia na construção desses projectos, com particular enfoque nas micro-empresas e no importante passo que por muitos deverá ser dado no sentido do auto-emprego. Neste campo variadas serão as possibilidades de acção pois umas das prioridades passará precisamente pelo estímulo ao emprego inclusivo, seja dos próprios seja dos destinatários do serviço - empreendedorismo social - ou empreendedorismo verde com o desenvolvimento de novas actividades orientadas para a sustentabilidade ambiental.

A este nível é vasto o campo de trabalho da Acção Social, foram identificadas prioridades no combate à pobreza, no aprofundamento da inclusão social e no estímulo à inovação social. Também esta acção vista na perspectiva da criação de emprego ou do voluntariado de proximidade, podendo ser variadas as opções ao nível do emprego inclusivo, do combate ao isolamento e ao envelhecimento precoce.

Por último, o tema da Educação, extremamente amplo nas possibilidades de acção, ao nível das orientações de política relevam-se dois objectivos específicos sobre os quais nas sessões dinamizadas se identificou ser importante trabalhar - ao nível do abandono escolar e do sucesso educativo. É sobre estas áreas que procuraremos dar contributos na construção de processos inclusivos e estimulantes para os alunos, professores e toda a comunidade escolar envolvente, pois apesar das sedes dos agrupamentos e das principais escolas se encontrarem no aglomerado urbano de Abrantes, ao considerarmos as freguesias rurais do território grande é o campo de acção.

Uma rede multidisciplinar de serviços aos alunos e professores, que complementa igualmente os temas de formação, a experimentação e o conhecimento científico como estímulo ao processo pedagógico, conduzindo na generalidade para um maior envolvimento e articulação da comunidade escolar com o território. Neste campo em particular, o Ribatejo Interior tem em curso diversos projectos que potenciam a concretização desta linha de acção de forma exemplar (referimo-nos não só aos centros de ciência viva, mas também aos centros de transferência de tecnologia que estão integrados no TAGUSVALLEY e aos inúmeros recursos naturais históricos e patrimoniais que poderão ser alvo de aplicação prática).

Assim, assumindo como ponto de partida que ao apresentar a sua candidatura ao Programa de Nacional de Desenvolvimento Rural inspirado na abordagem LEADER, a TAGUS no âmbito da sua estratégia de DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária vertente rural, consciente das potencialidades e factores de desenvolvimento, mantém como sendo o seu objectivo global, contribuir para a fixação de população no território, desenvolvendo de modo integrado as relações entre a economia, o património e a qualidade de vida das populações com ênfase na reorganização produtiva agro-florestal do território e na valorização da economia do lazer e bem-estar.

Para tal, foi desenvolvida uma Estratégia Local de Desenvolvimento que assenta no ponto de partida da especificidade que resulta, por um lado do Ribatejo Interior ser um território de confluência das tradições da Beira, do Alentejo e do Ribatejo e, por outro, do facto de que os importantes cursos de água que o atravessam condicionam a sua própria estrutura produtiva e formataram a história, cultura e costumes das gentes que em seu torno vivem.

Com este enquadramento da estratégia, procuraremos retirar a ênfase que um conjunto de actividades pode contribuir para a prossecução dos objectivos específicos do território, sendo de realçar o factor de ponderação positiva que o contexto acima explicitado assumirá na avaliação da valia global das operações apresentadas no âmbito da estratégia de desenvolvimento local.

No que se refere em concreto ao objectivo de combate ao êxodo rural e abandono da actividade agroflorestal, as actividades relacionadas com a definição de um conjunto de eixos prioritários de valorização na apreciação dos projectos candidatos, irão considerar como prioridade os projectos que visem, por um lado estimular a fixação da população (nomeadamente, a mais jovem) e, por outro, reforçar o complemento do rendimento familiar proveniente da exploração agrícola e florestal, facilitar o escoamento da produção local, inovar nas formas de comercialização e incentivar a Investigação e Desenvolvimento de novos produtos.

1. Combater o êxodo rural e o abandono da actividade agro-florestal

- 1.1. - Estimular a fixação da população, em particular a mais jovem, pela criação de emprego
 - 1.1.a - incentivo à criação e ou modernização de investimentos empresariais (até 25.000€ e acima dos 100.000€)
 - 1.1.b - apoio às empresas e ao auto-emprego
 - 1.1.c - pequenos investimentos na agricultura
 - 1.1.d - pequenos investimentos na transformação e comercialização
 - 1.1.e - viveiros de empresas e unidades industriais partilhadas (serviços de apoio)
 - 1.1.e - viveiros de empresas e unidades industriais partilhadas (investimento)
 - 1.1.f - serviço de apoio a actividade económica de base rural (agricultura, comércio, empresas, transformação...)
 - 1.1.g - acções colectivas de internacionalização dos produtos e do território

- 1.1.h - apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo pela criação de empresas
- 1.1.i - criação e dinamização de iniciativas empresariais em sectores competitivos
- 1.1.j - Investimentos de pequena dimensão e criação de microempresas (dos 25.000€ aos 100.000€)
- 1.1.k - investimento em iniciativas de combate às alterações climáticas (economia verde)
- 1.1.l - serviço de apoio ao empreendedorismo e criação do próprio emprego (proj>25 e <100)
- 1.1.m - rede de apoio a iniciativas no domínio do combate às alterações climáticas (emprego verde) MT21
- 1.2 - Reforçar o complemento do rendimento familiar proveniente da exploração agrícola e florestal
 - 1.2.a - apoiar investimentos de diversificação da actividade na exploração agrícola e florestal
- 1.3 - Facilitar o escoamento da produção local
 - 1.3.a - apoiar investimentos de PME's que permitam condições de maior eficiência produtiva (pequenos investimentos na produção, transformação, embalamento e transporte)
 - 1.3.b - apoiar investimentos de valorização da imagem do produto (rótulos, embalagem, site, organização local e apoio à presença em feiras e eventos específicos, organização local de concursos, apoiar o envio de amostras a concursos) - certificação e promoção
 - 1.3.c - apoiar processos de certificação de produtos
 - 1.3.d - apoiar a presença ou organização de acções de divulgação e degustação de produtos junto de distribuidores
 - 1.3.e - desenvolvimento do potencial endógeno pela qualificação e modernização da oferta
 - 1.3.f - dinamização de estruturas empresariais para escoamento de produtos locais
 - 1.3.g - circuitos curtos e mercados locais
- 1.4 - Inovar nas formas de comercialização
 - 1.4.a - apoiar investimentos de abordagens inovadoras ao mercado
 - 1.4.b - apoiar a presença ou organização de acções de animação da comercialização de produtos junto de mercados consumidores
 - 1.4.c - animação da rede territorial de promoção dos produtos locais
- 1.5 - Incentivar a Investigação e Desenvolvimento de novos produtos
 - 1.5.a - apoiar actividades dedicadas à investigação e desenvolvimento de novos produtos
 - 1.5.b - organização de acções de divulgação e sensibilização de actividades inovadoras
 - 1.5.c - serviços de apoio à inovação em produtos locais

Por outro lado, ao nível da promoção da qualidade de vida, projectos que visem desenvolver redes locais de serviços de proximidade, estimular o envolvimento das comunidades e actores locais, promover o sucesso escolar e o abandono precoce e promover a inclusão e inovação, deverão ser tidos em conta como estratégicos para o desenvolvimento do território, pois sobre este eixo de acção recai um importante papel sobre os argumentos que justificam a opção de querer permanecer em espaço rural.

2. Promover a Qualidade de Vida

- 2.1 - Desenvolvimento de redes de serviços de proximidade junto das comunidades locais
 - 2.1.a - rede local de serviços de proximidade (infraestruturas e equipamentos)
 - 2.1.b - rede local de serviços de proximidade (rede de apoio)
 - 2.1.c - desenvolvimento de redes de serviços de proximidade junto das comunidades locais
 - 2.1.d - apoio a iniciativas no domínio do combate às alterações climáticas (emprego verde) MT21
- 2.2 - Estimular o envolvimento das comunidades e actores locais
 - 2.2.a - apoiar a organização de eventos de dinamização das comunidades e actores locais
 - 2.2.b - apoiar a adaptação de edifícios e espaços para uma utilização multifuncional
 - 2.2.c - serviço de apoio a actividade associativa (organização administrativa, elaboração/criação de projectos...)
- 2.3 - Promover o sucesso escolar e reduzir o abandono precoce
 - 2.3.a - projectos experimentais
 - 2.3.b - conteúdos científicos como instrumento de motivação
 - 2.3.c - TIC associadas à educação
 - 2.3.d - promoção da qualidade e eficiência do sistema educativo
 - 2.3.e - acções de estímulo e desenvolvimento de competências em todos os níveis de ensino
 - 2.3.f - participação e envolvimento da comunidade escolar com o território
 - 2.3.g - criação de uma equipa multidisciplinar de apoio à comunidade escolar
- 2.4 - Promover a inclusão e inovação social
 - 2.4.a - dinamizar projectos de inclusão e inovação social
 - 2.4.b - acções de qualificação para a inclusão e inovação social
 - 2.4.c - acções de aprendizagem ao longo da vida
 - 2.4.d - apoio a iniciativas que trabalhem no domínio do combate às alterações climáticas (economia verde)

- 2.4.e - serviço de apoio ao empreendedorismo e criação do próprio emprego
- 2.4.f - animação das estruturas de suporte facilitadoras do empreendedorismo de base rural

Numa perspectiva de preservação da identidade e estímulo do sentimento de pertença, não se deve deixar de ter em conta a importância e papel que a divulgação e valorização de usos, costumes e tradições locais, pode assumir, a par da valorização do Património natural e arquitectónico tradicional e da diversificação e reforço dos equipamentos e actividades de animação turística que valorizem os recursos endógenos.

3. Preservar a identidade territorial

3.1 - Divulgação e valorização dos recursos endógenos

- 3.1.a - apoio à criação de redes locais de promoção do conhecimento e da inovação
- 3.1.b - edição de material de divulgação (impresso e multimédia) sobre as redes de núcleos museo-pedagógicos
- 3.1.c - participação e/ou organização de eventos de divulgação e valorização da cultura e tradições locais

3.2 - Valorização do Património Arquitectónico tradicional

- 3.2.a - definição e sinalização de rotas turísticas em torno do património rural do território
- 3.2.b - apoio a pequenos trabalhos de recuperação e beneficiação do património rural integrado em rotas
- 3.2.c - apoio a acções de divulgação e animação de rotas e espaços integrados nas rotas

3.3 - Diversificação e reforço dos equipamentos e actividades de animação turística

- 3.3.a - apoio à criação e adaptação de espaços para equipamentos de animação turística
- 3.3.b - apoio à concepção e implementação de conteúdos para equipamentos de animação turística
- 3.3.c - apoio a acções de divulgação dos espaços, serviços e equipamentos de animação turística

3.4 - Preservação e valorização da identidade territorial

- 3.4.a - serviços de apoio à preservação e valorização da identidade territorial
- 3.4.b - promoção e valorização económica do património natural e cultural

Numa perspectiva muito local, mas de forte impacte potencial, a estratégia comporta igualmente uma preocupação grande em torno da sensibilização dos proprietários para as formas colectivas de organização de produtores e em particular os associados aos importantes sectores do Olival e da produção florestal. Neste aspecto, em termos operacionais, procuraremos estimular para o aproveitamento mais racional destes dois importantes recursos endógenos, procurando introduzir inovação e novos modelos de produção e transformação, potenciando dessa forma a utilização do PDR 2020 na sua amplitude de acção.

4. Dinamizar e proteger o Olival e a Mancha Florestal

4.1 - Sensibilizar os proprietários para as formas colectivas de organização de produtores

- 4.1.a - apoio a acções de sensibilização dos proprietários para a acção em conjunto (serviços de apoio)
- 4.1.b - apoio a acções de sensibilização para os responsáveis dos pequenos lagares de azeite
- 4.1.c - visitas a entidades e/ou territórios onde se conheçam boas práticas neste âmbito de eficiência colectiva.

Por fim, assumindo o modelo como um instrumento de indução do desenvolvimento sustentado a médio longo prazo, em termos operacionais, consideramos pertinente criar as condições necessárias para implicar os diferentes actores na definição e implementação da estratégia de desenvolvimento territorial, envolvendo-os na gestão e responsabilizando-os com os resultados obtidos.

5. Estimular a Governança local e articulação em rede

5.1 - Implicar os diferentes actores na definição e implementação da estratégia de desenvolvimento territorial

- 5.1.a - relatórios de monitorização e avaliação da aplicação da estratégia
- 5.1.b - organização de "momentos de encontro" discussão em parceria e com o território
- 5.1.c - acções de qualificação da parceria territorial
(comunidade escolar, inclusão e inovação social, turismo, produtos locais, empreendedorismo, agricultura...)
- 5.1.d - projectos em cooperação (escala e complementaridade)
- 5.1.e - estimular a Governança local responsabilizando com a tomada de decisão local (gestão EDL)
- 5.1.f - planos de formação adaptados às necessidades dos actores locais

5.2 - Assistência técnica à EDL TAGUS 2020

- 10. gestão do DLBC rural
- 10. dinamização do DLBC rural

- 10. gestão e animação da EDL - FEDER
- 10. gestão e animação da DLBC urbano - FSE
- 10. gestão e animação da DLBC - FEDER urbano

Como complemento e decorrente da actividade da própria estratégia, dever-se-ão revelar áreas temáticas para a promoção de acções de qualificação dos agentes locais.

No âmbito da cooperação, numa lógica de escala e complementaridade, um leque de actividades relacionadas com o turismo, a agricultura, os produtos locais de qualidade, os serviços de proximidade, bem como a preservação do património e ambiente serão áreas de actuação sobre as quais recai a prioridade de acção para a EDL TAGUS 2020, aos mais diversos níveis - no Médio Tejo, em termos regionais, nacionais e transnacionais.

Neste campo em concreto, o projecto de cooperação transnacional TEJO VIVO - rede para a valorização dos territórios vinculados ao Tejo, que em Julho de 2014 renovou a vontade de alargar o campo de acção deste sustentável projecto, em termos nacionais e transnacionais.

Outro aspecto, que dentro da cooperação se identifica como potencial de trabalho conjunto e articulado será o que no âmbito do Turismo Equestre se pode efectivar, com a ligação aos GAL APRODER e Charneca Ribatejana, à ANTE - Associação Nacional de Turismo Equestre e aos diversos actores locais de modo a poder criar um projecto integrado e em cooperação com o objectivo de fortalecer a rede de entidades e actividades dinamizadas no território, reforçando-o com as melhores condições à sua afirmação enquanto destino turístico para o sector.

Dando sequência à linha de trabalho do passado e já fora de uma lógica de contexto estratégico de acção, foram ainda identificados um conjunto de princípios que não sendo de aplicação directa nas actividades, são considerados como diferenciadores da qualidade dos projectos ou dos promotores.

Esses princípios centram-se essencialmente em torno de dois temas. Um primeiro, relacionado com a multifuncionalidade que deverá estar inerente à actividade/operação. E, uma segundo, associado à integração de que os projectos se deverão revestir e, em particular, numa lógica de maior amplitude geográfica e ou institucional.

Quer isto dizer, que foram identificados um conjunto de pólos geográficos e temáticos, sobre os quais se poderão e deverão organizar redes de cooperação intra-territorial que se reforçam e complementam entre si, devendo essas operações e actividades serem consideradas prioritárias na análise e ponderação.

Resultam num conjunto de pólos e lógicas de desenvolvimento territorial:

- Rio Zêzere
- Ambiente e biodiversidade
- Moinhos e moleiros
- Tejo sul
- Azeite e metalurgia
- Quintas românticas do Tejo
- Ribeira de Codes - castelo de Bode
- Tejo norte
- A Charneca e as ervas aromáticas e medicinais
- Ruralidade e Etnografia
- Artes e Ofícios da tradição

- Castelos do Tejo
- Fé e Religiosidade
- Tejo e os seus Portos Fluviais
- A Grande Rota do Zêzere
- Património arqueológico
- Ruralidade e Etnografia

Sendo esta a base para a definição de um conjunto de projectos inovadores que se pretende, contribuam para a revitalização do mundo rural em Abrantes, Constância e Sardoal.

Pressupostos à Macro-Estratégia de Desenvolvimento Local

Elaborar orçamentos com base na ausência da informação é sempre complexo, mas acima de tudo desafiante sobre a sua razoabilidade. Foi olhando para o histórico que a TAGUS propõe agora, na perspectiva de uma macro-estratégia, um conjunto de actividades que enquadram um número de projectos e dos quais resultarão investimentos no território. (anexo .8)

Assim, estabeleceu-se uma lógica comparativa com o orçamento gerido pela TAGUS no âmbito do SP3 do PRODER - abordagem LEADER, mas também da actividade do território no âmbito da EEC PROVERE - Mercados Ribeirinhos e Aldeias de Xisto, onde a dinâmica do seu território fez participar activamente os seus agentes quer na lógica do FEDER, quer também de forma significativa no âmbito do FEADER (com particular acção da TAGUS).

Pelo que se constata que no âmbito do SP3 do PRODER

- . a ELD, que inicialmente foi dotada com cerca de 4,8 milhões de euros de despesa publica, fez uma execução na ordem dos 5,5 milhões de euros;
- . iniciou a execução em 2010, contando assim 5 anos;
- . no âmbito do mapeamento às zonas rurais, 25% da população ficou fora da elegibilidade

No entanto, um conjunto de novas condicionantes que neste período de programação surgem e para as quais não temos histórico relevante para poder inferir correctamente, como são os casos das novas elegibilidade no âmbito do FEADER com o apoio aos pequenos investimentos, a redução dos montantes máximos de investimento para 200 mil euros na diversificação e a exclusividade de beneficiários para os agricultores e suas explorações agrícolas.

Pelo lado do PO Regional, também o condicionar à lógica da inclusão social, com a redução drástica de montantes de investimento para 100 mil euros, os novos papéis a serem atribuídos a outras linhas de ação no POR, conduzem-nos para um contexto bastante complexo mas que sobre essa abertura, também na nossa perspectiva, permite equacionar de forma mais livre a macro-estratégia que neste momento é pedida à parceria e que a leva a colocar actividades em diversos Objectivos Temáticos do POR para poder responder à lógica ascendente e multisectorial de criação de emprego, combate ao risco de pobreza e sucesso educativo em prol do desenvolvimento do território.

Assim, partimos do pressuposto de que existirão duas candidaturas DLBC para o território, uma rural abrangente aos três municípios e uma de acção concreta e dirigida ao centro urbano de Abrantes, as quais são parte integrante da presente macro-estratégia e cuja entidade gestora designada pela parceria territorial é comum.

Assumimos igualmente que os recursos endógenos TEJO e ZÊZERE serão dois campos de actuação, no âmbito dos programas de valorização dos recursos endógenos, onde a TAGUS igualmente antecipa a sua actuação e portanto destas condicionantes decorre a extensão da macro-estratégia a outros objectivos temáticos.

Nesse sentido, optou-se por efectuar dois exercícios de programação, um primeiro associado aos 5 objectivos específicos da EDL TAGUS 2020 (anexo .6), tendo resultado o seguinte quadro de evidência das prioridades e investimentos à partida colocados para o território:

objectivos da EDL TAGUS 2020		
1	Combater o êxodo rural e o abandono da actividade agroflorestal	9 858 200 € 48%
2	Promover a Qualidade de Vida	4 999 720 € 25%
3	Preservar a identidade territorial	2 744 680 € 13%
4	Dinamizar e proteger o Olival e a Mancha Florestal	140 000 € 1%
5	Estimular a Governança local e articulação em rede	2 643 576 € 13%
		20 386 176 €

Como se constata a preocupação atribuída à fixação da população por via da criação de emprego será o eixo estruturante para a implementação.

Mas para entender a estrutura financeira da programação, elaborámos igualmente um mapa com a síntese em termos dos objectivos temáticos onde a Macro-estratégia pretende actuar sob a óptica do POR CENTRO 2020. (anexo .7)

Desde logo no âmbito do (OT3) Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura, com actividades nas três prioridades de investimento, embora seja a 3c a que melhor se ajusta à tipologia de acção que se prevê conduzir no território.

Por via da valorização do património cultural e natural do território, também o (OT6) Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos, a partir da prioridade de investimento 6c se prevê a actuação em clara articulação com os programas de valorização dos recursos endógenos regionais.

Como se referiu, o trabalho no âmbito das estratégias de eficiência colectiva de valorização dos recursos endógenos foram uma importante linha de acção no período de programação anterior e portanto ao nível do (OT8) Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral, com actividades previstas nas prioridades de investimento, 8a, 8b e 8iii, a par de um importante trabalho de articulação com as DLBC do território e o trabalho junto do PDR2020.

Em termos de essência, o trabalho que no âmbito do DLBC se pretende fazer como resposta ao Objectivo Temático (OT9) Promover a inclusão social e combater a pobreza, onde procuraremos articular a acção com as restantes intervenções que venham a ser concretizadas no território, por via da CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, da acção dos próprios parceiros - pois são entidades sectoriais com bastante relevância e acção no território - a par da própria actividade que as empresas e instituições também levarão a cargo por iniciativa própria. Neste campo em particular, procuraremos concretizar actividades nas prioridades de investimentos 9a, 9d DLBC FEDER e 9vi DLBC FSE.

Mas também porque a acção se pretende holística e nos parece injusto e incorrecto colocar a exclusividade do (OT10) Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida apenas para o DLBC urbano, colocámos um conjunto de actividades que se integram na prioridade de investimento 10i com uma tónica muito orientada para o combate ao abandono escolar precoce mas acima de tudo à promoção do sucesso escolar. Nesse sentido, os principais agentes encontram-se no centro urbano, mas o raio de acção e interligação com o espaço rural envolvente não pode deixar de ser tido em conta.

Por último, importa realçar o importante papel que cabe ao objectivo temático (OT11) Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente, com uma preocupação clara de reforçar a rede e a sua capacidade de dar melhor e mais eficaz resposta aos desafios com que a parceria e o território se confrontam, com a dinamização de actividade na prioridade de investimento 11ii.

Assim, em síntese, resulta a macro-estratégia agora na perspectiva da estrutura de programação do CENTRO 2020 no quadro que de seguida se dá conta.

TAGUS 2020 - EDL

objectivos temáticos CENTRO 2020	despesa pública	
1 competitividade e emprego	2 864 500 €	14%
2 ambiente e recursos locais	1 075 000 €	5%
3 promoção do emprego	2 744 880 €	13%
4 inclusão social	9 986 220 €	49%
5 educação e comunidade escolar	1 540 000 €	8%
6 qualificação e capacitação institucional	258 000 €	1%
	18 468 600 €	91%
10 assistência técnica gestão e dinamização	1 917 576 €	9%
	20 386 176 €	

Contributos para os resultados esperados

Ao nível dos contributos que se possam esperar, com a informação até agora conhecida, é de grande dificuldade fazer os exercícios pretendidos, pois sem conhecer taxas de apoio, elegibilidades e outros dados regulamentares podemos incorrer em erros caricatos, no entanto com a informação disponível parte-se do princípio que será possível no âmbito da Macro-estratégia TAGUS 2020 cobrir a totalidade do território rural dos concelhos de Abrantes, Constância e Sardoal e consequentemente da sua população em 100%, respondendo igualmente aos desafios das elegibilidades do FEADER, do FEDER e do FSE (anexo .4)

No entanto, com base nos pressupostos financeiros atrás explicitados, prevemos vir a obter os seguintes resultados com o conjunto das actividades previstas (que em anexo se encontra mais especificado) e que se estendem ao longo de seis anos de implementação do período de programação (anexo 5).

Uma despesa pública de 20.386.176€ que conduzirá a um investimento total estimado na ordem dos 31 milhões de euros, que apoiarão 610 projectos/actividades, criarão 259 postos de trabalho e prevendo-se apoiar 11.772 pessoas (empreendedores, empresários, dirigentes associativos, parceiros, professores e alunos).

Ao nível das empresas perspectiva-se o financiamento a projectos de 161 empresas - novas e existentes - que criarão 177 novos postos de trabalho e gerarão um VAB na ordem dos 1,39.

Como resultado da acção, porque a expectativa é ter um papel dinamizador do território envolvendo os parceiros e concertando iniciativas estima-se a criação de 18 equipas técnicas pelo período de 6 anos, criando directamente 23 novos postos de trabalho e apoiando 3.686 empresas, pessoas e entidades.

Estimam-se organizar 156 acções promocionais e eventos, os quais gerarão 5 novos postos de trabalho, mobilizarão 58.540 visitantes ao território e envolverão cerca de 300 produtores locais de alimentar, artesanato, economia verde, turismo...

Mais especificamente para a área dos serviços de proximidade estimamos dinamizar 161 projectos que se prevê criarem 41 novos postos de trabalho e envolverem 6.280 pessoas, professores e alunos do território.

Por último, está programada a realização de 60 acções de qualificação dedicadas aos diferentes actores do território e empreendedores nas quais se espera envolver 720 participantes.

Como se referiu, tratam-se de um primeiro conjunto de resultados previsionais que complementam a bateria de indicadores associados às prioridades de investimento em causa, mas que com a elaboração do plano de acção nos permitirá concretizar de modo mais exaustivo e concreto.

articulação com os demais instrumentos de programação no território

O EUROPA 2020, determina como prioridade um crescimento económico sustentável, inclusivo e inteligente, definindo objectivos comunitários ao nível do emprego, do estímulo à investigação e à inovação, da mitigação às alterações climáticas, do combate ao abandono escolar e do combate à pobreza e à exclusão social e o DLBC através da ferramenta da inovação social é uma instrumento para a concretização desses objectivos. Porque pode disponibilizar novas e mais eficientes respostas às crescentes necessidades sociais, proporcionar respostas locais a problemas complexos, pela mobilização dos agentes locais, é capaz de integrar diferentes agentes para

trabalhar em conjunto e envolver os utilizadores e, se bem aplicada, pode diminuir os recursos necessários. A linha de trabalho no âmbito da EDL TAGUS2020, ao incluir diferentes linhas de acção, acrescidas para além das específicas do DLBC, evidencia a preocupação de na escala territorial também se procurar contribuir com a prossecução destes objectivos mais amplos.

O PORTUGAL 2020, construído sobre um determinado contexto nacional, mas que no território alvo para intervenção assumem particular adequabilidade, garantem desde logo uma clara correlação ao nível de temas como o desemprego e exclusão social, o desafio da evolução demográfica (envelhecimento; taxa de natalidade; pressão sobre sistemas de proteção social) e as assimetrias e potencialidades territoriais. Para tal, no âmbito do PORTUGAL 2020, estão identificados objectivos como o estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis e à internacionalização da economia, reforço do investimento na educação e formação, o reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e do combate à exclusão social, o reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono e o reforço da capacidade de gerar valor acrescentado pelo setor agroflorestal. De novo, um claro alinhamento específico com os objectivos de fixar população e jovens no território, por via da criação de valor e da inclusão social com a perspectiva dos recursos endógenos previstos na EDL TAGUS 2020.

A importância de estar alinhado com a RIS3 regional é vital, não só pela elegibilidade de temas de acção, onde as áreas do agro-alimentar, do turismo, dos materiais, da floresta e das indústrias sustentáveis são aspectos centrais no âmbito da EDL TAGUS 2020, também pela necessidade de reforçar a aproximação e ligação com as entidades do sistema científico nacional, como modelo indutor de mudança, inovação e eficiência nos resultados económicos do território e potenciando as estruturas que aí se situam, como são os casos do próprio Instituto Politécnico de Tomar, mas também os centros de transferência de tecnologia para os sectores alimentar e da mecatrónica, ou da própria TAGUSVALLEY com as suas redes regionais de competências especializadas nas áreas da RIERC e do INOV-C para complementar a acção territorial. Neste campo, o grupo de trabalho da Inovação Territorial no qual participamos na construção e presentemente - pela sua inerente transversalidade - é um campo de partilha e enriquecimento para a acção que se pretende estender a todo o território no âmbito da EDL.

O CENTRO 2020, identificou um conjunto de prioridades nucleares para ajudar a clarificar a acção, de onde se destaca a criação de valor com o apoio às empresas e a redução dos impactos dos custos de contexto territoriais, as redes policêntricas de cidades médias onde o trabalho com o DLBC urbano será um vector, o reforço da coesão territorial em torno dos apoios inclusivos em territórios mais fragilizados, a fixação de população qualificada, dar vida às infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional são também à sua escala territorial linhas de acção no âmbito da EDL TAGUS 2020 pelo privilégio que se pretende atribuir às equipas técnicas que sectorialmente complementarão a dinamização da estratégia no território.

O MEDIO TEJO 2020 que sustenta a sua acção em torno de duas orientações estratégicas, muito correlacionadas com a EDL TAGUS

2020 e as dinâmicas do passado na TAGUS, por um lado, associadas à valorização dos recursos endógenos, do potencial turístico e a incorporação de valor na actividade empresarial na região, e por outro, de forma complementar, às novas prioridades alocadas ao DLBC e ligadas à promoção da coesão, da qualidade de vida e da consolidação da massa crítica urbana. Por fim, o papel transversal previsto para a capacitação institucional, a territorialização de políticas e a articulação dos parceiros para promover a eficiência de acção e a eficácia nos resultados, são também objectivos partilhados entre ambas as estratégias territoriais e que por via da interligação já existente se garantirá a necessária complementaridade de acção.

Ainda em termos regionais, no âmbito das estratégias do PROVERE - Programa de Valorização dos Recursos Endógenos, a TAGUS coloca nas suas linhas de acção um conjunto de iniciativas que pretende vir a dinamizar e integrar nos eixos que venham a ser credenciados no âmbito do Zêzere e no âmbito do Tejo, ambos importantes recursos endógenos da região Centro e sobre os quais o território já tem histórico de intervenção.

Por último, a relação com os restantes PO temáticos nacionais, tendo particular atenção ao COMPETE 2020, o Capital Humano, o Desenvolvimento Rural e o INTERREG - POCTEP que, em torno das áreas identificadas e em parceria com os restantes actores territoriais, será uma linha de acção no sentido de complementar a oferta de regimes de apoio para fora das limitações regulamentares que surgirão não inseridas no DLBC e sobre os quais se dinamizarão outros projectos.

Em suma, o mapa resumo do orçamento PORTUGAL 2020, que articula os objectivos temáticos com as actividades previstas na EDL é a evidência da natural complementaridade e correlação entre os fundos e os instrumentos de programação (anexo .9).

F. Processo de envolvimento com as Comunidades Locais

A TAGUS é uma associação que, desde a sua constituição, congrega entidades públicas e privadas que actuam na região e tem procurado interagir e envolver os vários actores locais nas suas dinâmicas de trabalho em prol do desenvolvimento social, económico e cultural de Abrantes, Constância e Sardoal.

Atendendo à sua experiência e competências técnicas, a instituição tem sido convidada por diversos agentes para colaborar na dinamização de múltiplas acções (por exemplo, organização de exposições, realização de eventos temáticos de divulgação e promoção dos recursos e potencialidades da região, intervenção em seminários, entre outras). Este reconhecimento deve-se à proximidade e relação directa que a TAGUS tem desenvolvido ao longo dos seus 20 anos com a comunidade, procurando estimular as entidades locais para o trabalho em rede no sentido de a tornar mais competitiva ao valorizar os recursos endógenos.

Com o avanço desta primeira fase de pré-qualificação da parceria, a TAGUS irá consolidar o percurso que até ao momento foi efectuando, sendo no entanto fulcral ter as linhas de trabalho mais claras e estabelecidas, pois a parceria também se constrói com base em trabalho que seja sentido por todos como válido e orientado de forma eficaz para os objectivos, situação essa que sem conhecimento dos regulamentos de enquadramento e sem uma perspectiva do orçamento que eventualmente poderá estar disponível, condiciona esse sentimento.

Mas como se referiu, no seio da direcção da TAGUS definiram-se as linhas mestras de orientação para a acção, dando sequência aos objectivos gerais que têm norteado a actuação da associação ao longo dos últimos 20 anos, que se consubstanciam em torno de seis áreas consideradas importantes para a concretização do objectivo maior - promover a fixação de população no território - que se articulam em torno da Agricultura, dos Produtos Locais, do Turismo, do Empreendedorismo, da Educação e da Acção Social sobre as quais se dinamizaram sessões de trabalho onde estiveram presentes mais de 200 participantes com o objectivo de partilhar as linhas de estratégia definidas e recolher contributos para as principais áreas de trabalho que a Macro-Estratégia deveria abarcar.

Foram momentos bastante interessantes e participados, de onde se retira uma conclusão global, a vontade de contribuir é evidente e latente, mas o receio de avançar sozinho e a necessidade de encontrar parceiros que apoiem e complementem é essencial, em todas as áreas.

Por outro lado, se concluiu igualmente a importância de trabalhar os temas da criação de emprego, não desligados do contexto territorial, mas também inspirados por outras e recentes realidades como são as oportunidades da economia verde e da inovação social.

Outro aspecto prévio que evidência o modo amplo como se construiu este primeiro momento, resulta precisamente da decisão da direcção da TAGUS, que apesar de já conter em si um número vasto e representativo da realidade institucional e temática do território, ter optado por alargar ainda mais essa base com a criação da parceria territorial, acrescentando um número significativo de outros actores à sua base democrática de construção da próxima EDL.

participação dos parceiros na elaboração e execução da EDL

Como se referiu, este processo está em construção, mas em concreto realizaram-se seis sessões temáticas e descentralizadas pelo território de intervenção - Agricultura e Produtos Locais em Sardoal, Turismo e Educação em Constância, Acção Social e Empreendedorismo em Abrantes - onde se deu a conhecer as linhas mestras da proposta de acção em torno dos cinco objectivos da EDL, apoiados nas prioridades de investimento associadas a cada Objectivo Temático do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 e das elegibilidades da M10 do PDR2020 - Programa de Desenvolvimento Rural.

Recolheram-se contributos nas reuniões e divulgou-se o endereço electrónico tagus2020@tagus-ri.pt para o envio de comentários e ideias que na perspectiva de cada pessoa possa ser essencial para alavancar o território e minimizar problemáticas existentes, tendo a TAGUS recebido até ao momento cerca de 50 sugestões distribuídas pelas diferentes temáticas. Este e-mail ficará igualmente disponível para a fase de construção da Estratégia de Desenvolvimento Local.

Toda a documentação apresentada nas sessões temáticas foi disponibilizada no sitio da internet da TAGUS em destaque e conforme se comprova no link: <http://www.tagus-ri.pt/site/docs/noticias.php?idNoticia=302>

Convidaram-se 44 entidades para integrar a parceria, no qual se apresentou o documento síntese das linhas de orientação para a EDL TAGUS 2020, bem como a contextualização da necessidade de criar duas estruturas autónomas para o DLBC rural e para o DLBC urbano, embora de forma distinta trabalharão de forma articulada. Do convite resultou que de três instituições não se obteve resposta em tempo útil e da DRAPLVT - Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo fomos informados de que pelas funções de futuros avaliadores da candidatura não poderiam ser membros da parceria. Perante o trabalho de colaboração que tem sido realizado em diversos momentos entre as duas entidades em prol do desenvolvimento do Ribatejo (como seja, a organização conjunta de um seminário alusivo às novas tendências da agricultura, a participação em feiras do sector agro-alimentar, acções de sensibilização sobre o património rural, entre outros) ficou em aberto a sua participação como convidados no futuro.

Assim, no dia 11 de Fevereiro de 2015, o conjunto das 40 entidades que compõem as parcerias territoriais aprovaram os respectivos regulamentos de funcionamento, designaram a TAGUS como entidade gestora em nome da parceria territorial, elegeram o respectivo órgão de gestão e aprovaram a macro-estratégia que agora é presente na primeira fase de pré-qualificação da parceria territorial para o Ribatejo Interior no âmbito do DLBC RURAL.

Até ao momento estes foram os passos dados para a pré-qualificação da parceria, do território e da macro-estratégia.

Organização da parceria para assegurar as actividades de animação e de acompanhamento da EDL

A Parceria Territorial do DLBC RURAL do Ribatejo Interior resulta, por um lado do histórico da dinâmica de actividade da TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, desde 1995, enquanto entidade gestora das Iniciativas Comunitárias LEADER II e LEADER + e do Subprograma 3 do PRODER - Abordagem LEADER. E por outro, pelo contexto organizacional que o novo período de programação PORTUGAL 2020 enquadra por via do DLBC que promove a aplicação multifundos (FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, também FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE - Fundo Social Europeu), conduzindo ao alargamento do âmbito de actuação das EDL e respectivas parcerias para a sua aplicação territorial.

Surgindo neste novo período de programação uma nova organização de gestão, com a criação de uma parceria territorial que designa a TAGUS como Entidade Gestora e elegerá os respectivos Órgãos de administração.

Nesse sentido, a TAGUS dispõe de uma equipa técnica com competências multidisciplinares e experiência relevante nas actividades de animação da estratégia, cabendo-lhe a preparação dos diversos momentos e actividades de animação e acompanhamento da concretização da EDL.

Num primeiro momento, decorrente do próprio regulamento da parceria territorial, existirão duas reuniões anuais com o objectivo de aprovar os planos de acção para o ano seguinte e avaliar o trabalho desenvolvido no ano anterior, sendo esse o momento magno para a avaliação do desempenho da EDL no território.

Por outro lado, a própria estrutura técnica da TAGUS que se encontra repartida numa área de apoio à gestão da própria EDL e uma outra de animação e divulgação do trabalho desenvolvido no território. Neste campo, pretende-se complementar a equipa com capacidade acrescida na área agrícola, na área social e numa área operacional de apoio às actividades, de modo a poder se articular com

as dinâmicas de apoio técnico que no âmbito da EDL se pretendem implementar no território em parceria com as diversas associações sectoriais.

Acções e instrumentos previstos para o acompanhamento da EDL

Para além dos próprios relatórios anuais que se deverão apresentar à assembleia geral de parceria territorial e às autoridades de gestão, preconizamos a organização de um debate aberto ao público em geral sobre o estado de concretização da aplicação do programa, em final de 2018 e no final de 2020, servindo esses momentos para avaliar o grau de concretização, aderência aos objectivos e cumprimento das metas definidas.

Relativamente aos pedidos de apoio aprovados e com dotação orçamental, a ETL efectuará auditorias de verificação e controlo da documentação submetida para confrontá-la com a informação cedida anteriormente pelo beneficiário. Posteriormente, validará *in loco* os dados fornecidos relativos à implementação dos projectos, garantindo que os investimentos realizados estão conforme. Desta acção resultam relatórios de verificação e avaliação.

Dando continuidade ao trabalho iniciado com as sessões de contributos, estão programadas acções temáticas com os intervenientes sectoriais para definir planos de acção conjuntos através de projectos em rede passíveis de enquadramento na EDL que contribuam para atingir as metas estabelecidas.

Modalidade e instrumentos previstos para a avaliação interna da EDL

Internamente, com a concretização do Plano de Acção para a EDL da TAGUS 2020 iremos construir um *balance scorecard*, onde se preverá a monitorização trimestral da execução da estratégia, medição do respectivo desempenho por parte da Equipa Técnica Local (ETL) e dos serviços de apoio técnico ao território entretanto criados.

Para avaliar a qualidade dos serviços prestados será disponibilizado um inquérito por questionário aos beneficiários que irá permitir aferir os principais meios de informação pelo qual tiveram conhecimento sobre o programa; avaliar os serviços de atendimento e esclarecimentos por parte dos técnicos (tanto sobre a apresentação da candidatura como submissão dos pedidos de pagamento); e o grau de clareza e satisfação sobre a informação prestada.

Outra ferramenta para tomar conhecimento da eficácia na execução prende-se com os dados fornecidos nas candidaturas aprovadas que, após análise, podem ser utilizados como indicadores internos de implementação da EDL. Esta informação pode ser aplicada na monitorização e relevante para as dinâmicas a criar nos grupos de trabalho sectoriais.

Acções de animação e promoção do território

Com o objectivo de assegurar a animação e promoção do território e dos seus agentes, a TAGUS tem prevista a operacionalização de um conjunto de instrumentos de acção de modo a efectuar a publicitação da ELD e difundir os resultados alcançados, nomeadamente através das seguintes acções:

- Reunião bianual da Assembleia Geral de Parceria Territorial;
- infoTAGUS - *Newsletters* mensais para divulgar junto dos parceiros e comunidade as actividades dinamizadas pela TAGUS e pelos actores locais; os instrumentos de apoio disponíveis no território; a legislação sobre as temáticas do desenvolvimento rural e divulgar boas práticas que poderão servir de inspiração para futuros projectos de revitalização do Ribatejo Interior;
- *Newsletters* ordinárias dedicadas a projectos em que a TAGUS está envolvida e que potenciam a região;
- Comunicados de imprensa para divulgar os programas de apoio à comunidade disponíveis para o território, os resultados atingidos e as actividades de dinamização territorial;
- Sessões de divulgação dos objectivos e instrumentos disponíveis no âmbito do PORTUGAL 2020;
- No site, disponibilizar a informação de quais os meios disponíveis pela associação para submeter contributos e sugestões;
- Utilização de rede social para publicitar as acções a realizar, demonstrar os seus resultados e interagir de forma directa com a população;
- Seminários, momentos de encontro e reflexão conjunta;
- Acções de divulgação e sensibilização sobre as potencialidades locais para atrair potenciais visitantes;
- Iniciativas para promoção dos produtos e produtores da região, dando-os a conhecer, valorizando-os e apelando ao consumo do que é local;
- Actividades colectivas que potenciem a internacionalização dos produtos e a introdução destes a novos mercados;
- Eventos que favoreçam o trabalho em rede nas áreas do turismo, produtos locais, acção social, educação e agricultura;
- Dinamização de iniciativas empresariais em sectores competitivos;
- Acções que impulsionem o escoamento dos produtos hortofrutícolas directamente aos consumidores finais;
- Iniciativas dirigidas à comunidade educativa para combater o abandono escolar;
- Incentivo à Investigação e Desenvolvimento de novos produtos através de seminários e oficinas;

- Acções de qualificação adaptadas às necessidades dos actores locais;
- Actividades de sensibilização para a preservação do património rural;
- Oficinas criativas que contribuam para a melhoria da imagem do artesanato local, fazendo um cruzamento entre o tradicional e o contemporâneo.
- Reuniões de trabalho com o intuito de criar núcleos de actuação sectorial para impulsionar iniciativas comuns articuladas;
- Organização de seminário de reflexão e ponto de situação em 2018 e 2020.

Meios para publicitar a EDL dentro do território e difundir os seus resultados

O primeiro momento de divulgação da EDL do Ribatejo Interior decorreu com as sessões temáticas de recolhas de contributos para o DLBC, pois como já havia sido referido, estas foram aproveitadas para uma breve exposição das orientações e prioridades de investimento já conhecidas em termos nacionais no âmbito do novo período de programação comunitário e quais seriam as principais áreas de actuação da TAGUS.

Numa fase posterior, foi disponibilizada publicamente uma macro-estratégia para a região, enquanto esboço daquilo que a TAGUS identifica como os desafios para o Ribatejo Interior até 2020. Quando se apresentar oficialmente a EDL, já não será um plano desconhecido para os agentes, pois estes têm sido activos no acompanhamento e nos contributos para a sua construção.

Como já é procedimento comum da TAGUS, realizam-se com regularidade reuniões individuais com os interessados em investir no mundo rural nos concelhos de Abrantes, Constância e Sardoal, prestando-lhes os esclarecimentos necessários de enquadramento à sua ideia.

Para a apresentação e divulgação da EDL, está prevista uma sessão pública e formal que, regra geral, capta a atenção dos principais actores locais e dos órgãos de comunicação social, cabendo a estes últimos um importante papel, nesta fase, na disseminação dos objectivos prioritários que irão permitir atrair potenciais promotores. Serão, igualmente, realizadas 4 sessões concelhias (2 descentralizadas em Abrantes) que têm um carácter mais esclarecedor, dado a proximidade do público em geral.

O recurso ao site <http://www.tagus-ri.pt> com a disponibilização dos conteúdos da EDL e toda a informação necessária para conhecer as tipologias de projectos a apoiar, as actividades programadas e os serviços disponibilizados permite acessibilidade a qualquer hora e em qualquer lugar, ultrapassando barreiras geográficas dando a possibilidade a potenciais beneficiários que não estão fisicamente no território mas têm interesse na região possam estar a par dos instrumentos existentes e até investir.

Será, igualmente, produzida uma edição impressa com as principais linhas estratégicas do programa e elementos caracterizadores da tipologia de projectos, modelos de co-financiamento e procedimentos de candidatura para divulgar directamente junto da população/potenciais promotores com recurso às caixas de correio.

Com o objectivo de garantir a informação e transparência necessária, e à luz do que foi feito no anterior quadro de apoio comunitário (Subprograma 3, da abordagem LEADER, ProDeR), serão publicadas no sítio da Internet desta associação ou num órgão de imprensa regional as listagens e descritivos dos projectos aprovados (beneficiário, designação do projecto e investimento aprovado).

Esta associação segue as normas de publicitação dos apoios disponibilizando autocolantes com os logótipos das fontes de financiamento para aplicar nos equipamentos comparticipados e imagem oficial para placas permanentes ou outros suportes promocionais para afixação nos investimentos realizados.

A TAGUS dispõe de um eficaz serviço de comunicação, que produz notas à imprensa com toda a informação relevante e a lista de apreciação de projectos por concurso.

Como estabelecido para a assembleia geral de parceria territorial, é produzido um relatório anual e respectivo ponto de situação, sendo estes divulgados junto do órgão de gestão, assembleia de parceiros, da autoridade de gestão e da imprensa regional.

Por fim, será produzido um documento final relatando e avaliando a concretização dos objectivos e metas estabelecidas.

Lista de ANEXOS:

anexo 1.	População por freguesia
anexo 2.	Relação de Associados do GAL
anexo 3.	Actividades da parceria
anexo 4.	Resultados base
anexo 5.	Indicadores complementares
anexo 6.	Resumo orçamental
anexo 7.	Resumo orçamental CENTRO 2020
anexo 8.	Pressupostos financeiros
anexo 9.	Alinhamento estratégico
anexo 10.	Acordo de Parceria TAGUS 2020 - DLBC rural do Ribatejo Interior
anexo 11.	Declarações de parceria REDE SOCIAL de Abrantes REDE SOCIAL de Constância REDES SOCIAIS de Sardoal IEFP - Delegação Regional de LVT ACES - Agrupamento de Centros de Saúde - Médio Tejo

ANEXO .1 - População por freguesia

Concelho	Freguesia	População (2011)	Rural (S/N)	Litorâneo (S/N)
Abrantes	Bemposta	1 795	S	
Abrantes	Martinchel	604	S	
Abrantes	Mouriscas	1 832	S	
Abrantes	Pego	2 431	S	
Abrantes	Rio de Moinhos	1 202	S	
Abrantes	Tramagal	3 500	S	
Abrantes	Fontes	627	S	
Abrantes	Carvalhal	722	S	
Abrantes	União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	17 205	N	
Abrantes	União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto	859	S	
Abrantes	União das freguesias de Alvega e Concavada	2 152	S	
Abrantes	União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós	1 515	S	
Abrantes	União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	4 881	N	
Constância	Constância	993	S	
Constância	Montalvo	1 275	S	
Constância	Santa Margarida da Coutada	1 788	S	
Sardoal	Alcaravela	904	S	
Sardoal	Santiago de Montalegre	229	S	
Sardoal	Sardoal	2 404	S	
Sardoal	Valhascos	402	S	
Total de População Rural		25 234		
Total de População Urbana		22 086		
População total		47 320		

Designação	sector de actividade	Nº de	tipo de entidade	Sede Social
ADIMO - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Mouriscas	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	98	Associações e fundações privadas	Mouriscas - Abrantes
Agrupamento de Centros de Saúde MÉDIO TEJO	Saúde e Ação Social	0	Outras entidades públicas	Riachos - Torres Novas
Agrupamento de escolas nº1 de Abrantes	Educação	0	Outras entidades públicas	Abrantes
Agrupamento de escolas nº2 de Abrantes	Educação	0	Outras entidades públicas	Abrantes
Agrupamento de Escolas de Constância	Educação	0	Outras entidades públicas	Constância
Agrupamento de Escolas de Sardoal	Educação	0	Outras entidades públicas	Sardoal
ALFGAB - Contabilidade e Gestão, Lda	Outros	0	Empresa	Abrantes
AnimaForum - Associação Para o Desenvolvimento da Agro-Indústria	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	110	Associação e fundações privadas	Torres Novas
Associação Centro Comercial Ar Livre de Abrantes	Comércio a grosso e a retalho	11	Associação e fundações privadas	Abrantes
Associação Comercial e Empresarial Abrantes, Constância, Sardoal, Mação e Vila de Rei	Comércio a grosso e a retalho	650	Associação e fundações privadas	Abrantes
Associação de Desenvolvimento Cultural Palha de Abrantes	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	177	Associação e fundações privadas	Abrantes
Associação dos Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação	Agricultura, produção animal, caça e	400	Associação e fundações privadas	Rossio ao Sul do Tejo - Abrantes
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Ribatejo Norte e Tramagal	Atividades Financeiras	8555	Cooperativa	Torres Novas
Câmara Municipal de Abrantes	Administração Pública	0	Administração local	Abrantes
Câmara Municipal de Constância	Administração Pública	0	Administração local	Constância
Câmara Municipal de Sardoal	Administração Pública	0	Administração local	Sardoal
Centro Agrícola do Tramagal	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	0	Empresa	Tramagal - Abrantes
Comissão Vitivinícola Regional do Tejo	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	105	Associações e fundações privadas	Almeirim
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	Administração Pública	13	Administração Regional	Tomar
Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal	Administração Pública	80	Administração Regional	Aveiro
Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes	Educação	0	Outras entidades públicas	Mouriscas - Abrantes
FAJUDIS - Federação das Associações Juvenis do distrito de Santarém	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	63	Associação e fundações privadas	Constância
Instituto de Emprego e Formação Profissional - Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Administração Pública	0	Administração Regional	Lisboa
Instituto Politécnico de Tomar	Entidades do Ensino Superior	0	Outras entidades públicas	Tomar
Instituto de Segurança Social, IP - Centro Distrital de Santarém	Administração Pública	0	Administração Regional	Santarém
Junta de Freguesia de Tramagal	Administração Pública	0	Administração Local	Tramagal - Abrantes
Junta de Freguesia Santa Margarida da Coutada	Administração Pública	0	Administração Local	Santa Margarida da Coutada - Constância
Junta de Freguesia de Alcaravela	Administração Pública	0	Administração Local	Alcaravela - Sardoal
Médio Tejo 21- Agência Regional de Energia do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul	Outros	27	Associações e fundações privadas	Alferrarede - Abrantes
Montepio Abrantino "Soares Mendes" - Associação de Socorros Mútuos	Saúde e Ação Social	1994	Associações e fundações privadas	Abrantes
NERSANT - Associação Empresarial da região de Santarém	Outros	2286	Associações e fundações privadas	Torres Novas
Ordem dos Arquitectos - Núcleo do Médio Tejo	Outros	188	Associações e fundações privadas	Abrantes
Os Quatro Cantos do Cisne - Associação Desenvolvimento Social e Comunitário	Saúde e Ação Social	207	Associações e fundações privadas	Santa Margarida da Coutada - Constância
Rede social do concelho de Abrantes	Administração Pública	51	Administração Local	Abrantes
Rede social do concelho de Constância	Administração Pública	22	Administração Local	Constância
Rede social do concelho de Sardoal	Administração Pública	24	Administração Local	Sardoal
Sociedade Agro - Alimentar da Mascata, Lda	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	0	Empresa	Sardoal
TAGUSVALLEY - Tecnopolo do Vale do Tejo	Outros	5	Associações e fundações privadas	Alferrarede - Abrantes
União de Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Administração Pública	0	Administração Local	Abrantes
Victor Guedes - Indústria e Comércio SA	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	0	Empresa	Rossio ao Sul do Tejo - Abrantes

me OT tipologia de actividades

1. Combater o êxodo rural e o abandono da actividade agroflorestal

	áreas EDL	publico alvo	parceiros
1.1 - Estimular a fixação da população, em particular a mais jovem, pela criação de emprego			
1.1.a - incentivo à criação e ou modernização de investimentos empresariais (até 25.000€ e acima dos 100.000€)	Empreendedorismo e desenvolvimento economi	micro-empresas ou PME's	TAGUS + Associações sectoriais, cooperativa e instituição bancária
1.1.b - apoio às empresas e ao auto-emprego	Empreendedorismo e desenvolvimento economi	micro-empresas	TAGUS + Associações sectoriais, Redes Sociais, cooperativa e instituição bancária
1.1.c - pequenos investimentos na agricultura	Agricultura	agricultores	Associações sectoriais, Redes Sociais, cooperativa e instituição bancária
1.1.d - pequenos investimentos na transformação e comercialização	Produtos Locais	agricultores e PME's	Associações sectoriais, cooperativa e instituição bancária
1.1.e - viveiros de empresas e unidades industriais partilhadas (serviços de apoio)	Empreendedorismo e desenvolvimento economi	desempregados, empresas criadas à menos de 1 ano, empresas com volume de facturação	Autarquias e associações sectoriais
1.1.e - viveiros de empresas e unidades industriais partilhadas (investimento)	Empreendedorismo e desenvolvimento economi	desempregados, empresas criadas à menos de 1 ano, empresas com volume de facturação	Autarquias e associações sectoriais
1.1.f - serviço de apoio a actividade económica de base rural (agricultura, comércio, empresas, transformação...)	Empreendedorismo e desenvolvimento economi	empresários de base rural	Associações sectoriais
1.1.g - acções colectivas de internacionalização dos produtos e do território	Empreendedorismo e desenvolvimento economi	empresários locais	TAGUS + Autarquias e associações sectoriais
1.1.h - apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo pela criação de empresas	Empreendedorismo e desenvolvimento economi	desempregados, jovens à procura do 1ºemprego e auto-emprego	Redes Sociais e Associações sectoriais
1.1.i - criação e dinamização de iniciativas empresariais em sectores competitivos	Empreendedorismo e desenvolvimento economi	micro-empresas	Associações sectoriais
1.1.j - Investimentos de pequena dimensão e criação de microempresas (dos 25.000€ aos 100.000€)	Empreendedorismo e desenvolvimento economi	micro-empresas	Associações sectoriais, Redes Sociais, cooperativa e instituição bancária
1.1.k - investimento em iniciativas de combate às alterações climáticas (economia verde)	Empreendedorismo e desenvolvimento economi	micro-empresas	Associações sectoriais, cooperativa e instituição bancária
1.1.l - serviço de apoio ao empreendedorismo e criação do próprio emprego (proj >25 e <100)	Empreendedorismo e desenvolvimento economi	desempregados, jovens à procura do 1ºemprego, auto-emprego e microempresas	Associações sectoriais, Redes Sociais, cooperativa e instituição bancária
1.1.m - rede de apoio a iniciativas no domínio do combate às alterações climáticas (emprego verde) MT21	Empreendedorismo e desenvolvimento economi	desempregados, jovens à procura do 1ºemprego, auto-emprego e microempresas	Associações sectoriais, Redes Sociais, cooperativa e instituição bancária
1.2 - Reforçar o complemento do rendimento familiar proveniente da exploração agrícola e florestal			
1.2.a - apoiar investimentos de diversificação da actividade na exploração agrícola e florestal	Agricultura	agricultores	Associações sectoriais
1.3 - Facilitar o escoamento da produção local			
1.3.a - apoiar investimentos de PME's que permitam condições de maior eficiência produtiva (pequenos investimentos na produção, transformação, embalagem e transporte)	Empreendedorismo e desenvolvimento economi	agricultores e PME's	Associações sectoriais, cooperativa e instituição bancária
1.3.b - apoiar investimentos de valorização da imagem do produto (rotulos, embalagem, site, organização local e apoio à presença em feiras e eventos específicos, organização local de concursos, apoiar o envio de amostras a concursos) - certificação e promoção	Produtos Locais	agricultores e PME's	Empresas e Associações sectoriais
1.3.c - apoiar processos de certificação de produtos	Produtos Locais	agricultores e PME's	Autarquias, Associações sectoriais e Produtores Locais
1.3.d - apoiar a presença ou organização de acções de divulgação e degustação de produtos junto de distribuidores	Produtos Locais	agricultores e PME's	Autarquias e Produtores Locais
1.3.e - desenvolvimento do potencial endógeno pela qualificação e modernização da oferta	Produtos Locais	agricultores e PME's	TAGUS + Produtores Locais
1.3.f - dinamização de estruturas empresariais para escoamento de produtos locais	Produtos Locais	agricultores e PME's	Produtores Locais
1.3.g - circuitos curtos e mercados locais	Produtos Locais	agricultores e PME's	Autarquias, Associações sectoriais e Produtores Locais
1.4 - Inovar nas formas de comercialização			
1.4.a - apoiar investimentos de abordagens inovadoras ao mercado	Empreendedorismo e desenvolvimento economi	PME's	TAGUS + Associações sectoriais e Produtores Locais
1.4.b - apoiar a presença ou organização de acções de animação da comercialização de produtos junto de mercados consumidores	Produtos Locais	agricultores e PME's	TAGUS + Associações sectoriais e Produtores Locais
1.4.c - animação da rede territorial de promoção dos produtos locais	Produtos Locais	Produtores Locais	TAGUS + Autarquias e Produtores Locais
1.5 - Incentivar a Investigação e Desenvolvimento de novos produtos			
1.5.a - apoiar actividades dedicadas à investigação e desenvolvimento de novos produtos	Empreendedorismo e desenvolvimento economi	PME's de Produtores Locais	TAGUS + Associações sectoriais e Produtores Locais
1.5.b - organização de acções de divulgação e sensibilização de actividades inovadoras	Empreendedorismo e desenvolvimento economi	Técnicos e Produtores Locais	TAGUS + Associações sectoriais
1.5.c - serviços de apoio à inovação em produtos locais	Empreendedorismo e desenvolvimento economi	Técnicos e Produtores Locais	Associações sectoriais e Produtores Locais
2. Promover a Qualidade de Vida			
2.1 - Desenvolvimento de redes de serviços de proximidade junto das comunidades locais			
2.1.a - rede local de serviços de proximidade (infraestruturas e equipamentos)	Acção Social	Crianças e Idosos	Autarquias, Redes Sociais, Instituições Sectoriais
2.1.b - rede local de serviços de proximidade (rede de apoio)	Acção Social	Crianças e Idosos	Autarquias, Redes Sociais, Instituições Sectoriais
2.1.c - desenvolvimento de redes de serviços de proximidade junto das comunidades locais	Acção Social	População do território	Autarquias, Associações e Instituições sectoriais
2.1.d - apoio a iniciativas no domínio do combate às alterações climáticas (emprego verde) MT21	Acção Social	População do território	Autarquias, Associações e Instituições sectoriais
2.2 - Estimular o envolvimento das comunidades e actores locais			
2.2.a - apoiar a organização de eventos de dinamização das comunidades e actores locais	Acção Social	População rural	Autarquias, Redes Sociais, Instituições Sectoriais
2.2.b - apoiar a adaptação de edifícios e espaços para uma utilização multifuncional	Acção Social	População rural	Autarquias, Redes Sociais, Instituições Sectoriais
2.2.c - serviço de apoio a actividade associativa (organização administrativa, elaboração/ criação de projectos...)	Acção Social	Directores e técnicos das associações locais	Autarquias, Redes Sociais, Associações e Instituições Sectoriais
2.3 - Promover o sucesso escolar e reduzir o abandono precoce			
2.3.a - projectos experimentais	Educação	Comunidade escolar	TAGUS + Agrupamentos escolares, Autarquias, Redes Sociais, Associações e Instituições Sectoriais
2.3.b - conteúdos científicos como instrumento de motivação	Educação	Professores e alunos	TAGUS + Agrupamentos escolares, Autarquias e Associações Sectoriais
2.3.c - TIC associadas à educação	Educação	Comunidade escolar	TAGUS + Agrupamentos escolares e Autarquias
2.3.d - promoção da qualidade e eficiência do sistema educativo	Educação	Comunidade escolar	TAGUS + Agrupamentos escolares e Autarquias
2.3.e - acções de estímulo e desenvolvimento de competências em todos os níveis de ensino	Educação	Professores e alunos	TAGUS + Agrupamentos escolares, Redes Sociais e Associações Sectoriais
2.3.f - participação e envolvimento da comunidade escolar com o território	Educação	Comunidade escolar	TAGUS + Agrupamentos escolares, Autarquias, Redes Sociais, Associações e Instituições Sectoriais
2.3.g - criação de uma equipa multidisciplinar de apoio à comunidade escolar	Educação	Comunidade escolar	TAGUS + Agrupamentos escolares, Autarquias, Redes Sociais, Associações e Instituições Sectoriais
2.4 - Promover a inclusão e inovação social			
2.4.a - dinamizar projectos de inclusão e inovação social	Acção Social	Desempregados, jovens à procura do 1ºemprego e auto-emprego, entidades empregadoras	Redes Sociais e Associações sectoriais
2.4.b - acções de qualificação para a inclusão e inovação social	Acção Social	Desempregados, jovens à procura do 1ºemprego e auto-emprego, entidades empregadoras	Redes Sociais e Associações sectoriais
2.4.c - acções de aprendizagem ao longo da vida	Acção Social	População do território	TAGUS + Redes Sociais, Associações sectoriais e agrupamentos escolares
2.4.d - apoio a iniciativas que trabalhem no domínio do combate às alterações climáticas (economia verde)	Acção Social	Desempregados, jovens à procura do 1ºemprego e auto-emprego, entidades empregadoras	Redes Sociais e Associações sectoriais
2.4.e - serviço de apoio ao empreendedorismo e criação do próprio emprego	Acção Social	Desempregados, jovens à procura do 1ºemprego e auto-emprego, entidades empregadoras	Redes Sociais e Associações sectoriais
2.4.f - animação das estruturas de suporte facilitadoras do empreendedorismo de base rural	Acção Social	Desempregados, jovens à procura do 1ºemprego e auto-emprego, entidades empregadoras e promotores de projectos de inovação social	Redes Sociais e Associações sectoriais
3. Preservar a identidade territorial			
3.1 - Divulgação e valorização dos recursos endógenos			
3.1.a - apoio à criação de redes locais de promoção do conhecimento e da inovação	Turismo	Agentes turísticos	TAGUS + Autarquias, Associações e Instituições sectoriais
3.1.b - edição de material de divulgação (impresso e multimédia) sobre as redes de núcleos museu-pedagógicos	Turismo	População do território e visitantes	TAGUS + Autarquias, Associações e Instituições sectoriais
3.1.c - participação e/ou organização de eventos de divulgação e valorização da cultura e tradições locais	Turismo	População do território e visitantes	TAGUS + Autarquias, Associações e Instituições sectoriais
3.2 - Valorização do Património Arquitectónico tradicional			
3.2.a - definição e sinalização de rotas turísticas em torno do património rural do território	Turismo	Agentes turísticos e visitantes	TAGUS + Autarquias, Associações e Instituições sectoriais
3.2.b - apoio a pequenos trabalhos de recuperação e beneficiação do património rural integrado em rotas	Turismo	População do território e visitantes	TAGUS + Autarquias, Associações e Instituições sectoriais
3.2.c - apoio a acções de divulgação e animação de rotas e espaços integrados nas rotas	Turismo	População do território, Agentes turísticos e visitantes	TAGUS + Autarquias, Associações e Instituições sectoriais
3.3 - Diversificação e reforço dos equipamentos e actividades de animação turística			
3.3.a - apoio à criação e adaptação de espaços para equipamentos de animação turística	Turismo	População do território, Agentes turísticos e visitantes	TAGUS + Autarquias, Associações e Instituições sectoriais
3.3.b - apoio à concepção e implementação de conteúdos para equipamentos de animação turística	Turismo	Estudantes, População do território, Agentes turísticos e visitantes	TAGUS + Autarquias, Associações e Instituições sectoriais
3.3.c - apoio a acções de divulgação dos espaços, serviços e equipamentos de animação turística	Turismo	Agentes turísticos e visitantes	TAGUS + Autarquias, Associações e Instituições sectoriais
3.4 - Preservação e valorização da identidade territorial			
3.4.a - serviços de apoio à preservação e valorização da identidade territorial	Turismo	População e Agentes económicos do território	TAGUS + Autarquias, Associações e Instituições sectoriais
3.4.b - promoção e valorização económica do património natural e cultural	Turismo	Agentes económicos do território	Autarquias, Associações e Instituições sectoriais
4. Dinamizar e proteger o Olival e a Mancha Florestal			
4.1 - Sensibilizar os proprietários para as formas colectivas de organização de produtores			
4.1.a - apoio a acções de sensibilização dos proprietários para a acção em conjunto (serviços de apoio)	Agricultura	Proprietários e técnicos das associações	Autarquias e Associações sectoriais
4.1.b - apoio a acções de sensibilização para os responsáveis dos pequenos lagares de azeite	Agricultura	Agricultores, técnicos e responsáveis de lagares	Autarquias e Associações sectoriais
4.1.c - visitas a entidades e/ou territórios onde se conheçam boas práticas neste âmbito de eficiencia colectiva	Agricultura	Proprietários, técnicos das associações e directores	Autarquias e Associações sectoriais
5. Estimular a Governança local e articulação em rede			
5.1 - Implicar os diferentes actores na definição e implementação da estratégia de desenvolvimento territorial			
5.1.a - relatórios de monitorização e avaliação da aplicação da estratégia	Capacitação Institucional e trabalho em rede	Parceria territorial	parceria territorial
5.1.b - organização de "momentos de encontro" discussão em parceria e com o território	Capacitação Institucional e trabalho em rede	Parceria territorial e população do território	parceria territorial
5.1.c - acções de qualificação da parceria territorial (comunidade escolar, inclusão e inovação social, turismo, produtos locais, empreendedorismo, agricultura...)	Capacitação Institucional e trabalho em rede	Parceria territorial	parceria territorial
5.1.d - projectos em cooperação (escala e complementaridade)	Capacitação Institucional e trabalho em rede	Agentes do território	restantes GALnacionais e transnacionais e agentes do território
5.1.e - estimular a Governança local responsabilizando com a tomada de decisão local (gestão EDL)	Capacitação Institucional e trabalho em rede	Parceria territorial	parceria territorial
5.1.f - planos de formação adaptados às necessidades dos actores locais	Capacitação Institucional e trabalho em rede	Agentes do território	parceria territorial e outras entidades formadoras
5.2 - Assistência técnica à EDL TAGUS 2020			
10. gestão do DLBC	Capacitação Institucional e trabalho em rede	Autoridade de Gestão e População do território	parceria territorial
10. dinamização do DLBC	Capacitação Institucional e trabalho em rede	Autoridade de Gestão e População do território	parceria territorial
10. gestão e animação da EDL - FEDER	Capacitação Institucional e trabalho em rede	Autoridade de Gestão e População do território	TAGUS
10. gestão e animação da DLBC - FSE	Capacitação Institucional e trabalho em rede	Autoridade de Gestão e População do território	TAGUS
10. gestão e animação da DLBC - FEDER	Capacitação Institucional e trabalho em rede	Autoridade de Gestão e População do território	TAGUS

	ponto de partida 2013	notas	meta 2023	observações
indicadores FEADER				
% de cobertura da população rural	100%	zona de intervenção SP3 PRODER	100%	delimitação da zona de intervenção DLBC rural
n.º de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego e autoemprego	150	atendimento na TAGUS	360	registo interno de contacto
n.º de empresas apoiadas	7	3.1.1 do PRODER - TAGUS	44	candidaturas aprovadas no âmbito M10 do PDR2020
n.º das explorações agrícolas apoiadas pelos pequenos investimentos na agricultura	64	PRODER 1.1.2	20	candidaturas aprovadas no âmbito M10 do PDR2020
n.º de unidades industriais apoiadas nos seus pequenos investimentos	3	PRODER 1.1.1	10	candidaturas aprovadas no âmbito M10 do PDR2020
peso da despesa pública para apoio ao pequenos investimentos nas explorações agrícolas	0%	não elegível	10,30%	orçamento executado 2023 no DLBC RURAL
peso da despesa pública para apoio ao pequenos investimentos nas unidades industriais	3%	no âmbito do SP3	44,71%	orçamento executado 2023 no DLBC RURAL
peso da despesa pública para apoio a cadeias curtas e mercados locais	1%	proj coop PROVE	13,60%	orçamento executado 2023 no DLBC RURAL
indicadores FEDER e FSE				
n.º de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego e autoemprego	25/ ano	contactos na TAGUS	100/ano	registo interno de contacto
n.º de empresas apoiadas	85	contactos, feiras e acções promocionais	235	
n.º de empresas financiadas	45	medida 3.1 SP3 PRODER	117	
novas empresas intensivas em conhecimento	0		5%	das empresas financiadas
n.º de postos de trabalho criados	86,5	medida 3.1 SP3 PRODER	259	
sustentabilidade dos postos de trabalho criados	>90%	prest informações anuais	> 90%	
efeito multiplicador do investimento público no privado	1,60	medida 3.1 SP3 PRODER	2,00	
aumento do numero esperado de visitantes	19.203	visitantes ao território/ano 2014	30.000	visitantes ao território
aumento de dormidas nos empreendimentos turísticos	22.051	INE dados 2013	> 10%	
% das exportações no volume de negócios da empresa	-		16%	medido sobre o ano anterior à início do projecto
n.º de empresas apoiadas com processos de inovação	-		75%	avaliado com a candidatura aprovada
VAB resultante do projecto financiado	9,6	crecimento do VAB estimado na candidatura SP3 PRODER	38,94%	80% do VAB estimado SP3 + 31,26% do BP nos proj financiados EDL TAGUS 2020
taxa de abandono escolar precoce	14,7%	fonte INE - região Centro	10%	
população com habilitação de ensino superior	27%		40%	
reduzir a taxa de desemprego	13,60%	fonte INE	-10%	que a taxa então medida
reduzir a taxa de desemprego jovem	36%	fonte INE	-10%	
n.º de escolas envolvidas	5	projectos SP3	17,5	> 50% escolas do território
n.º de alunos envolvidos	325	projectos SP3	2000	
n.º de professores envolvidos	8	projectos SP3	80	
n.º de planos inovadores de combate ao insucesso escolar	0		5	projectos aprovados
% de população servida pelos serviços melhorados	65%	projectos SP3	+10%	crescer 10% na população servida
n.º de equipamentos/infraestruturas apoiadas	24	projectos SP3	8	projectos apoiados
% de participantes nas acções de qualificação se considerarem mais aptos para as tarefas e funções	0		75%	inquerito de satisfação final
n.º de projectos apoiados de capacitação institucional	0		6	projectos apoiados
n.º de parceiros envolvidos	35	membros de parcerias e comissões organizadoras	140	

me OT tipología de actividades

1. Combater o êxodo rural e o abandono da actividade agroflorestal

1.1 - Estimular a fixação da população, em particular a mais jovem, pela criação de emprego									
1.1.a - incentivo à criação e ou modernização de investimentos empresariais (até 25.000€ e acima dos 100.000€)	13c	2 687 500 €	45%	5 972 222 €	50	empresas	65		
1.1.b - apoio às empresas e ao auto-emprego	13a	- €	85%	- €	1	equipa técnica	1	150	apoio técnico empresas alimentar
1.1.c - pequenos investimentos na agricultura	4M10	250 000 €	50%	500 000 €	20	empresas	5		
1.1.d - pequenos investimentos na transformação e comercialização	4M10	805 000 €	45%	1 788 889 €	10	empresas	7		
1.1.e - viveiros de empresas e unidades industriais partilhadas (serviços de apoio)	49vi	300 000 €	85%	352 941 €	3	equipa técnica	6	360	apoio técnico aos incubados
1.1.e - viveiros de empresas e unidades industriais partilhadas (investimento)	49d	450 000 €	85%	529 412 €	3	viveiros			
1.1.f - serviço de apoio a atividade económica de base rural (agricultura, comércio, empresas, transformação...)	49vi	300 000 €	85%	352 941 €	4	equipa técnica	4	120	apoio técnico empresas de base rural
1.1.g - ações coletivas de internacionalização dos produtos e do território	13b	105 000 €	85%	123 529 €	14	ações de internacionalização			>10% fact internacional
1.1.h - apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo pela criação de empresas	49d	250 000 €	45%	555 556 €	20	empresas	20		
1.1.i - criação e dinamização de iniciativas empresariais em sectores competitivos	49d	300 000 €	45%	666 667 €	6	empresas	8		
1.1.j - investimentos de pequena dimensão e criação de microempresas (dos 25.000€ aos 100.000€)	49d	1 200 000 €	45%	2 666 667 €	30	empresas	45		
1.1.k - investimento em iniciativas de combate às alterações climáticas (economia verde)	49d	270 000 €	45%	600 000 €	6	empresas	8		
1.1.l - serviço de apoio ao empreendedorismo e criação do próprio emprego (proj >25 e <100)	49vi	- €	85%	- €	1	equipa técnica - TAGUS	1	120	apoio técnico aos promotores DLBC
1.1.m - rede de apoio a iniciativas no domínio do combate às alterações climáticas (emprego verde) MT21	49vi	37 500 €	85%	44 118 €	0,5	equipa técnica		80	MT21 - apoio técnico economia verde

1.2 - Reforçar o complemento do rendimento familiar proveniente da exploração agrícola e florestal									
1.2.a - apoiar investimentos de diversificação da actividade na exploração agrícola e florestal	4	M10	600 000 €	50%	1 200 000 €	7	empresas	10	

1.3 - Facilitar o escoamento da produção local

1.3.a - apoiar investimentos de PME's que permitam condições de maior eficiência produtiva (pequenos investimentos na produção, transformação, embalagem e transporte)	4	M10	175 000 €	50%	350 000 €	7	empresas	4	10 alterações ao processo
1.3.b - apoiar investimentos de valorização da imagem do produto (rotulos, embalagem, site, organização local e apoio à presença em feiras e eventos específicos, organização local de concursos, apoiar o envio de amostras a concursos) - certificação e promoção	4	M10	105 000 €	50%	210 000 €	6	projectos	2	10 alterações ao produto
1.3.c - apoiar processos de certificação de produtos	4	M10	90 000 €	85%	105 882 €	3	processos certificação	2	60 prod envolvidos
1.3.d - apoiar a presença ou organização de acções de divulgação e degustação de produtos junto de distribuidores	4	M10	72 000 €	85%	84 706 €	18	acções promocionais		60 novos distribuidores internacionais a comercializar prod locais
1.3.e - desenvolvimento do potencial endógeno pela qualificação e modernização da oferta	3	8b	612 000 €	85%	720 000 €	18	acções (produtos locais, turismo e artesanato)	50000	50 000 visitantes
1.3.f - dinamização de estruturas empresariais para escoamento de produtos locais	4	9d	180 000 €	85%	211 765 €	18	acções promocionais	3	720 participantes eventos lojas
1.3.g - circuitos curtos e mercados locais	4	M10	330 000 €	85%	388 235 €	10	3 mercados e 1 acção anual por 6 and	1	300 300 novos consumidores

1.4 - Inovar nas formas de comercialização

1.4.a - apoiar investimentos de abordagens inovadoras ao mercado	3	8b	150 000 €	45%	333 333 €	5	empresas	5	10 novos produtos/negócios
1.4.b - apoiar a presença ou organização de acções de animação da comercialização de produtos junto de mercados consumidores	3	8b	60 000 €	85%	70 588 €	24	acções promocionais	120	20 produtores apoiados anualmente
1.4.c - animação da rede territorial de promoção dos produtos locais	3	8b	268 800 €	85%	316 235 €	1	equipa técnica	2	180 30 produtores ano

1.5 - Incentivar a Investigação e Desenvolvimento de novos produtos

1.5.a - apoiar actividades dedicadas à investigação e desenvolvimento de novos produtos	1	3a	72 000 €	85%	84 706 €	3	actividades sobre produtos (pl, tur, art) trimest	360	60 produtores ano
1.5.b - organização de acções de divulgação e sensibilização de actividades inovadoras	3	8iii	134 400 €	85%	158 118 €	1	equipa técnica	1	720 120 apolos por ano
1.5.c - serviços de apoio à inovação em produtos locais	4	9vi	54 000 €	85%	63 529 €	1	1080 dias - 3 produtos com 5 dias apo	1	360 60 empreendedores ano

2. Promover a Qualidade de Vida

2.1 - Desenvolvimento de redes de serviços de proximidade junto das comunidades locais

2.1 - desenvolvimento de redes de serviços de proximidade junto das comunidades locais									
2.1.a - rede local de serviços de proximidade (infraestruturas e equipamentos)	49a	750 000 €	75%	1 000 000 €	10	projectos	8	2500	2500 pessoas abrangidas
2.1.b - rede local de serviços de proximidade (rede de apoio)	49vi	92 400 €	85%	108 706 €	0,5	equipa técnica	2	200	75% entidades participantes em actividades da rede
2.1.c - desenvolvimento de redes de serviços de proximidade junto das comunidades locais	49d	480 000 €	75%	640 000 €	8	projectos	1	2500	2500 pessoas abrangidas
2.1.d - apoio a iniciativas no domínio do combate às alterações climáticas (emprego verde) MT21	49vi	50 000 €	85%	58 824 €	0,5	equipa técnica	1	40	informação sobre eficiência energética em 100% das IPSS do território

2.2 - Estimular o envolvimento das comunidades e actores locais

2.2.a - apoiar a organização de eventos de dinamização das comunidades e actores locais	4	9vi	92 400 €	85%	108 706 €	0,5	equipa técnica		720	organização de 72 eventos
2.2.b - apoiar a adaptação de edifícios e espaços para uma utilização multifuncional	4	9a	900 000 €	75%	1 200 000 €	6	espaços multiusos	8		
2.2.c - serviço de apoio a actividade associativa (organização administrativa, elaboração/criação de projectos...)	4	9vi	100 000 €	85%	117 647 €	1	equipa técnica	1	36	apoio a 36 associações

2.3 - Promover o sucesso escolar e reduzir o abandono precoce

2.3.a - projectos experimentais	5	10i	300 000 €	85%	352 941 €	30	projectos	5	250	10 escolas envolvidas
2.3.b - conteúdos científicos como instrumento de motivação	5	10i	150 000 €	85%	176 471 €	30	projectos		750	30 escolas envolvidas
2.3.c - TIC associadas à educação	5	10i	250 000 €	85%	294 118 €	2	equipamentos 500			
2.3.d - promoção da qualidade e eficiência do sistema educativo	5	10i	120 000 €	85%	141 176 €	12	acções de qualificação		150	150 prof envolvidos
2.3.e - acções de estímulo e desenvolvimento de competências em todos os níveis de ensino	5	10i	180 000 €	85%	211 765 €	6	projectos	1	100	100 alunos envolvidos/ano
2.3.f - participação e envolvimento da comunidade escolar com o território	5	10i	150 000 €	85%	176 471 €	30	projectos			100% agrup escolares envolvidos
					247 059 €					
2.3.g - criação de uma equipa multidisciplinar de apoio à comunidade escolar	5	10i	210 000 €	85%		1	equipa técnica	2	300	100% agrup escolares envolvidos, 1 serviço de apoio com ZPT (n.º de prof participantes em acções de qualificação e n.º alunos apoiados)

2.4 - Promover a inclusão e inovação social

2.4.a - dinamizar projectos de inclusão e inovação social	49vi	240 000 €	75%	320 000 €	12	projectos	12	120	120 pessoas envolvidas em processos de inclusão social
2.4.b - acções de qualificação para a inclusão e inovação social	49vi	120 000 €	75%	160 000 €	12	acções de qualificação		120	120 pessoas envolvidas em processos de inclusão social
2.4.c - acções de aprendizagem ao longo da vida	51oi	180 000 €	85%	211 765 €	12	acções de qualificação		180	180 pessoas em processo de aprendizagem
2.4.d - apoio a iniciativas que trabalhem no domínio do combate às alterações climáticas (economia verde)	49d	330 000 €	75%	440 000 €	6	projectos	6	60	60 pessoas envolvidas
2.4.e - serviço de apoio ao empreendedorismo e criação do próprio emprego	49vi	184 800 €	85%	217 412 €	1	equipa técnica - TAGUS	1	240	240 pessoas envolvidas
2.4.f - animação das estruturas de suporte facilitadoras do empreendedorismo de base rural	49vi	120 120 €	85%	141 318 €	0,65	equipa técnica - TAGUS	1	120	120 pessoas envolvidas em processos de inclusão social

3. Preservar a identidade territorial

3.1 - Divulgação e valorização dos recursos endógenos

3.1.1 - Divulgação e Valorização dos recursos endógenos										
3.1.1.a - apoio à criação de redes locais de promoção do conhecimento e da inovação	3	8b	600 000 €	85%	705 882 €	6	projectos	6	6 desenvolvimentos de novos produtos turísticos no mercado	
3.1.1.b - edição de material de divulgação (impresso e multimédia) sobre as redes de núcleos museu-pedagógicos	3	8b	55 000 €	85%	64 706 €	2	eventos		75% dos actores envolvidos no processo	
3.1.1.c - participação e/ou organização de eventos de divulgação e valorização da cultura e tradições locais	3	8b	540 000 €	85%	635 294 €	18	projetos locais	1	75% dos produtores locais envolvidos no processo	

3.2 - Valorização do Património Arquitectónico tradicional

3.2.a - definição e sinalização de rotas turísticas em torno do património rural do território	2	6c	50 000 €	85%	58 824 €	20	percursos/rotas				1000 novos visitantes
3.2.b - apoio a pequenos trabalhos de recuperação e beneficiação do património rural integrado em rotas	2	6c	225 000 €	85%	264 706 €	15	projectos				
3.2.c - apoio a acções de divulgação e animação de rotas e espaços integrados nas rotas	3	8b	120 000 €	85%	141 176 €	24	eventos			400	400 visitantes anuais

3.3 - Diversificação e reforço dos equipamentos e actividades de animação turística

3.3.a - apoio à criação e adaptação de espaços para equipamentos de animação turística	2	6c	680 000 €	85%	800 000 €	4 espaços/infraestruturas	2	4000 novos visitantes
3.3.b - apoio à concepção e implementação de conteúdos para equipamentos de animação turística	3	8b	140 000 €	85%	164 706 €	4 conteúdos		
3.3.c - apoio a acções de divulgação dos espaços, serviços e equipamentos de animação turística	2	6c	120 000 €	85%	141 176 €	6 acções promocionais - presenças BTL	1000	1000 novos visitantes

3.4 - Preservação e valorização da identidade territorial

3.4.a - serviços de apoio à preservação e valorização da identidade territorial	3	8111	64 680 €	85%	76 094 €	0,35	equipa técnica - TAGUS	60	60 pessoas envolvidas em processos de inclusão social
3.4.b - promoção e valorização económica do património natural e cultural	4	9d	150 000 €	85%	176 471 €	6	eventos	6000	6000 novos visitantes

4. Dinamizar e proteger o Olival e a Mancha Florestal

4.1 - Sensibilizar os proprietários para as formas colectivas de organização de produtores

4.1.a - apoio a acções de sensibilização dos proprietários para a acção em conjunto (serviços de apoio)	49vi	100 000 €	85%	117 647 €	1	equipa técnica	240	240 proprietários presentes
4.1.b - apoio a acções de sensibilização para os responsáveis dos pequenos lagares de azeite	49vi	20 000 €	85%	23 529 €			24	24 responsáveis participantes nas sessões
4.1.c - visitas a entidades e/ou territórios onde se conheçam boas práticas neste âmbito de eficiência colectiva	49vi	20 000 €	85%	23 529 €	2	visitas	12	12 participantes cada

5. Estimular a Governança local e articulação em rede

5.1 - Implicar os diferentes actores na definição e implementação da estratégia de desenvolvimento territorial

5.1.a - relatórios de monitorização e avaliação da aplicação da estratégia	4 AT100	12 000 €	100%	12 000 €	3	relatórios bianais			
5.1.b - organização de "momentos de encontro" discussão em parceria e com o território	6 11ii	6 000 €	100%	6 000 €	3	encontros bianais	300	100 participantes cada	
5.1.c - acções de qualificação da parceria territorial (comunidade escolar, inclusão e inovação social, turismo, produtos locais, empreendedorismo, agricultura...)	6 11iii	252 000 €	100%	252 000 €	18	acções de qualificação		180	180 participantes
5.1.d - projectos em cooperação (escala e complementaridade)	4 AT100	330 000 €	85%	388 235 €	4	projectos	50	50 técnicos de ADL	
5.1.e - estimular a Governança local responsabilizando com a tomada de decisão local (gestão EDL)	4 AT100	6 000 €	100%	6 000 €	1	anual			
5.1.f - planos de formação adaptados às necessidades dos actores locais	4 9vi	120 000 €	100%	120 000 €	6	acções de qualificação	90	15 participantes cada	

5.2 - Assistência técnica à EDL TAGUS 2020

[illegible]



TAGUS 2020 - EDL

objectivos temáticos CENTRO 2020	despesa pública	
competitividade e emprego	2 864 500 €	14%
ambiente e recursos locais	1 075 000 €	5%
promoção do emprego	2 744 880 €	13%
inclusão social	9 986 220 €	49%
educação e comunidade escolar	1 540 000 €	8%
qualificação e capacitação institucional	258 000 €	1%
	18 468 600 €	91%
assistência técnica gestão e dinamização	1 917 576 €	9%
	20 386 176 €	

objectivos da EDL TAGUS 2020		
Combater o êxodo rural e o abandono da actividade agroflorestal	9 858 200 €	48%
Promover a Qualidade de Vida	4 999 720 €	25%
Preservar a identidade territorial	2 744 680 €	13%
Dinamizar e proteger o Olival e a Mancha Florestal	140 000 €	1%
Estimular a Governança local e articulação em rede	2 643 576 €	13%
	20 386 176 €	

CENTRO 2020

objectivos temáticos	TAGUS 2020 - EDL	DLBC - rural	DLBC - urbano	CENTRO 2020	invest TOTAL	ef multiplicador
1. competitividade e emprego	2 864 500 €	- €	- €	2 864 500 €	6 180 458 €	2,16
3a	72 000 €	- €	- €	72 000 €	84 706 €	
3b	105 000 €	- €	- €	105 000 €	123 529 €	
3c	2 687 500 €	- €	- €	2 687 500 €	5 972 222 €	
2. ambiente e recursos locais	1 075 000 €	698 750 €	376 250 €	- €	1 264 706 €	1,18
6c	1 075 000 €	698 750 €	376 250 €	- €	1 264 706 €	
3. promoção do emprego	2 744 880 €	- €	- €	2 744 880 €	3 386 133 €	1,23
8b	2 545 800 €	- €	- €	2 545 800 €	3 151 922 €	
8iii	199 080 €	- €	- €	199 080 €	234 212 €	
4. inclusão social	9 986 220 €	7 475 360 €	2 162 860 €	- €	16 051 331 €	1,61
9a	1 650 000 €	1 072 500 €	577 500 €	- €	2 200 000 €	
9d	3 610 000 €	2 462 000 €	1 148 000 €	- €	6 486 536 €	
9vi	1 951 220 €	1 513 860 €	437 360 €	- €	2 330 847 €	
M10	2 427 000 €	2 427 000 €	- €	- €	4 627 712 €	
AT10D	348 000 €	- €	- €	- €	406 235 €	
5. educação e comunidade escolar	1 540 000 €	- €	1 540 000 €	- €	1 811 765 €	1,18
10i	1 540 000 €	- €	1 540 000 €	- €	1 811 765 €	
6. qualificação e capacitação institucional	258 000 €	- €	- €	258 000 €	258 000 €	1,00
11ii	258 000 €	- €	- €	258 000 €	258 000 €	
	18 468 600 €	8 174 110 €	4 079 110 €	5 867 380 €	28 952 392 €	1,57
10. assistência técnica gestão e dinamização						
AT10	1 917 576 €	910 000 €	661 576 €	346 000 €	1 917 576 €	
total DESPESA PUBLICA	20 386 176 €	11%	16%	6%	30 869 968 €	1,51



proporção 2007-13 para 2014-20

	anos		população	€/pc	orçamento DP	
SP3 PRODER	5	5 500 000 €	36 000	30,56 €	5 500 000 €	
DLBC rural	7		48 000		10 266 667 €	2014-20

inclusão da elegibilidade da população urbana de Abrantes
DLBC urbano

22 086
proporção 65% | 35%

3 374 250 € 2014-20

CENTRO 2020

	anos		população		orçamento
	6	EEC - valorização recursos endógenos	48 000		3 000 000 €
	6	SIALM e COMPETE 2020	48 000		3 000 000 €

CENTRO 2020

objectivos temáticos	TAGUS 2020 - EDL	DLBC - rural	DLBC - urbano	CENTRO 2020	invest TOTAL	ef multiplicador
1. competitividade e emprego	2 864 500 €	- €	- €	2 864 500 €	6 180 458 €	2,16
3a	72 000 €	- €	- €	72 000 €	84 706 €	
1.1.b - apoio às empresas e ao auto-emprego						
1.5.a - apoiar actividades dedicadas à investigação e desenvolvimento de novos produtos						
3b	105 000 €	- €	- €	105 000 €	123 529 €	
1.1.g - acções colectivas de internacionalização dos produtos e do território						
3c	2 687 500 €	- €	- €	2 687 500 €	5 972 222 €	
1.1.a - incentivo à criação e ou modernização de investimentos empresariais (até 25.000€ e acima dos 100.000€)						
2. ambiente e recursos locais	1 075 000 €	698 750 €	376 250 €	- €	1 264 706 €	1,18
6c	1 075 000 €	698 750 €	376 250 €	- €	1 264 706 €	
3.2.a - definição e sinalização de rotas turísticas em torno do património rural do território						
3.2.b - apoio a pequenos trabalhos de recuperação e beneficiação do património rural integrado em rotas						
3.3.a - apoio à criação e adaptação de espaços para equipamentos de animação turística						
3.3.c - apoio a acções de divulgação dos espaços, serviços e equipamentos de animação turística						
3. promoção do emprego	2 744 880 €	- €	- €	2 744 880 €	3 386 133 €	1,23
8b	2 545 800 €	- €	- €	2 545 800 €	3 151 922 €	
1.3.e - desenvolvimento do potencial endógeno pela qualificação e modernização da oferta						
1.4.a - apoiar investimentos de abordagens inovadoras ao mercado						
1.4.b - apoiar a presença ou organização de acções de animação da comercialização de produtos junto de mercados consumidores						
1.4.c - animação da rede territorial de promoção dos produtos locais						
3.1.a - apoio à criação de redes locais de promoção do conhecimento e da inovação						
3.1.b - edição de material de divulgação (impresso e multimédia) sobre as redes de núcleos museo-pedagógicos						
3.1.c - participação e/ou organização de eventos de divulgação e valorização da cultura e tradições locais						
3.2.c - apoio a acções de divulgação e animação de rotas e espaços integrados nas rotas						
3.3.b - apoio à concepção e implementação de conteúdos para equipamentos de animação turística						
8iii	199 080 €	- €	- €	199 080 €	234 212 €	
1.5.b - organização de acções de divulgação e sensibilização de actividades inovadoras						
3.4.a - serviços de apoio à preservação e valorização da identidade territorial						
4. inclusão social	9 986 220 €	7 475 360 €	2 162 860 €	- €	16 051 331 €	1,61
9a	1 650 000 €	1 072 500 €	577 500 €	- €	2 200 000 €	
2.1.a - rede local de serviços de proximidade (infraestruturas e equipamentos)						
2.2.b - apoiar a adaptação de edifícios e espaços para uma utilização multifuncional						
9d	3 610 000 €	2 462 000 €	1 148 000 €	- €	6 486 536 €	
1.1.e - viveiros de empresas e unidades industriais partilhadas (investimento)						
1.1.h - apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo pela criação de empresas						
1.1.i - criação e dinamização de iniciativas empresariais em sectores competitivos						
1.1.j - Investimentos de pequena dimensão e criação de microempresas (dos 25.000€ aos 100.000€)						
1.1.k - investimento em iniciativas de combate às alterações climáticas (economia verde)						
1.3.f - dinamização de estruturas empresariais para escoamento de produtos locais						
2.1.c - desenvolvimento de redes de serviços de proximidade junto das comunidades locais						
2.4.d - apoio a iniciativas que trabalhem no domínio do combate às alterações climáticas (economia verde)						
3.4.b - promoção e valorização económica do património natural e cultural						
9vi	1 951 220 €	1 513 860 €	437 360 €	- €	2 330 847 €	
1.1.e - viveiros de empresas e unidades industriais partilhadas (serviços de apoio)						
1.1.f - serviço de apoio a actividade económica de base rural (agricultura, comércio, empresas, transformação...)						
1.1.l - serviço de apoio ao empreendedorismo e criação do próprio emprego (proj >25 e <100)						
1.1.m - rede de apoio a iniciativas no domínio do combate às alterações climáticas (emprego verde) MT21						
1.5.c - serviços de apoio à inovação em produtos locais						
2.1.b - rede local de serviços de proximidade (rede de apoio)						
2.1.d - apoio a iniciativas no domínio do combate às alterações climáticas (emprego verde) MT21						
2.2.a - apoiar a organização de eventos de dinamização das comunidades e actores locais						
2.2.c - serviço de apoio a actividade associativa (organização administrativa, elaboração/criação de projectos...)						
2.4.a - dinamizar projectos de inclusão e inovação social						
2.4.b - acções de qualificação para a inclusão e inovação social						
2.4.e - serviço de apoio ao empreendedorismo e criação do próprio emprego						
2.4.f - animação das estruturas de suporte facilitadoras do empreendedorismo de base rural						
4.1 a - apoio a acções de sensibilização dos proprietários para a acção em conjunto (serviços de apoio)						
4.1.b - apoio a acções de sensibilização para os responsáveis dos pequenos lagares de azeite						
4.1.c - visitas a entidades e/ou territórios onde se conheçam boas práticas neste âmbito de eficiencia colectiva						
5.1.f - planos de formação adaptados às necessidades dos actores locais						
M10	2 427 000 €	2 427 000 €	- €	- €	4 627 712 €	
1.1.c - pequenos investimentos na agricultura						
1.1.d - pequenos investimentos na transformação e comercialização						
1.2.a - apoiar investimentos de diversificação da actividade na exploração agrícola e florestal						
1.3.a - apoiar investimentos de PME's que permitam condições de maior eficiência produtiva						
1.3.b - apoiar investimentos de valorização da imagem do produto - certificação e promoção						
1.3.c - apoiar processos de certificação de produtos						
1.3.d - apoiar a presença ou organização de acções de divulgação e degustação de produtos junto de distribuidores						
1.3.g - circuitos curtos e mercados locais						
AT10D	348 000 €	- €	- €	- €	406 235 €	
10. gestão e animação da EDL - FEDER						
5. educação e comunidade escolar	1 540 000 €	- €	1 540 000 €	- €	1 811 765 €	1,18
10i	1 540 000 €	- €	1 540 000 €	- €	1 811 765 €	
2.3.a - projectos experimentais						
2.3.b - conteúdos científicos como instrumento de motivação						
2.3.c - TIC associadas à educação						
2.3.d - promoção da qualidade e eficiência do sistema educativo						
2.3.e - acções de estímulo e desenvolvimento de competências em todos os níveis de ensino						
2.3.f - participação e envolvimento da comunidade escolar com o território						
2.3.g - criação de uma equipa multidisciplinar de apoio à comunidade escolar						
2.4.c - acções de aprendizagem ao longo da vida						
6. qualificação e capacitação institucional	258 000 €	- €	- €	258 000 €	258 000 €	1,00
11ii	258 000 €	- €	- €	258 000 €	258 000 €	
5.1.b - organização de "momentos de encontro" discussão em parceria e com o território						
5.1.c - acções de qualificação da parceria territorial (comunidade escolar, inclusão e inovação social, turismo, produtos locais, empreendedorismo, agricultura...)						
	18 468 600 €	8 174 110 €	4 079 110 €	5 867 380 €	28 952 392 €	1,57
10. assistencia técnica gestão e dinamização						
AT10	1 917 576 €	910 000 €	661 576 €	346 000 €	1 917 576 €	
10. gestão do DLBC						
10. dinamização do DLBC						
10. gestão e animação da DLBC - FSE						
10. gestão e animação da DLBC - FEDER						
5.1.a - relatórios de monitorização e avaliação da aplicação da estratégia						
5.1.d - projectos em cooperação (escala e complementaridade)						
5.1.e - estimular a Governança local responsabilizando com a tomada de decisão local (gestão EDL)						
total DESPESA PUBLICA	20 386 176 €	11%	16%	6%	30 869 968 €	1,51

ACORDO DE PARCERIA TERRITORIAL TAGUS 2020 - DLBC RURAL

O Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) é o instrumento de desenvolvimento territorial consagrado nos artigos 32º, 33º, 34º e 35º do Regulamento 1303/2013 que estabelece as disposições comuns dos fundos abrangidos pelo quadro Estratégico Comum no período de programação 2014-2020 para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) que se baseia na abordagem *bottom-up* de Estratégias de Desenvolvimento Local, como seja a abordagem LEADER.

A TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior foi a entidade responsável pela implementação no Ribatejo Interior da Iniciativa Comunitária LEADER II, LEADER+ e o Subprograma 3 do PRODER.

No âmbito da construção da nova Estratégia de Desenvolvimento Territorial, a TAGUS decidiu promover a discussão alargada junto de novos parceiros, realizando um conjunto de reuniões onde procurou recolher os seus contributos em áreas que são consideradas prioritárias para o Ribatejo Interior, nomeadamente, o Turismo, a Educação, a Agricultura, os Produtos Locais, a área Social e as Microempresas.

O presente acordo de parceria territorial é o resultado deste trabalho.

Artigo1º

O Acordo de Parceria Territorial TAGUS 2020 baseia-se no princípio da construção do desenvolvimento a partir de uma abordagem local, integrada e participada.

Artigo2º

O Acordo de Parceria Territorial TAGUS 2020 tem por objectivo preparar de forma participada a apresentação de uma Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) para o Ribatejo Interior no âmbito do DLBC RURAL, que constitua um elemento de referência e visão para todos os parceiros subscritores do Acordo, assegurando quer a articulação das respectivas intervenções, quer a sua aplicação no território.

Artigo3º

O Acordo de Parceria Territorial TAGUS 2020 - DLBC RURAL é subscrito por todas as entidades que representem os diversos sectores socioeconómicos do território de intervenção, nomeadamente, pelos representantes das seguintes entidades:

ADIMO - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Mouriscas
Agrupamento de Centros de Saúde MÉDIO TEJO
Agrupamento de escolas nº1 de Abrantes
Agrupamento de escolas nº2 de Abrantes
Agrupamento de Escolas de Constância
Agrupamento de Escolas de Sardoal
ALFGAB - Contabilidade e Gestão, Lda
AnimaForum - Associação Para o Desenvolvimento da Agro-Indústria.
Associação Centro Comercial Ar Livre de Abrantes
Associação Comercial e Empresarial Abrantes, Constância, Sardoal, Mação e Vila de Rei
Associação de Desenvolvimento Cultural Palha de Abrantes
Associação dos Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Ribatejo Norte e Tramagal
Câmara Municipal de Abrantes



ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
RURAL DO RIBATEJO INTERIOR

Edifício InovPoint
Tecnopolo do Vale do Tejo
Rua José Dias Simão
2200-062 Alferrarede
T +351 241 372 180
F +351 241 331 610
tagus@tagus-ri.pt
www.tagus-ri.pt

Câmara Municipal de Constância
Câmara Municipal de Sardoal
Centro Agrícola do Tramagal
Comissão Vitivinícola Regional do Tejo
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal
Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes
Fajudis - Federação das Associações Juvenis do distrito de Santarém
Instituto de Emprego e Formação Profissional - Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Instituto Politécnico de Tomar
Instituto de Segurança Social, IP - Centro Distrital de Santarém
Junta de Freguesia de Tramagal
Junta de Freguesia Santa Margarida da Coutada
Junta de Freguesia de Alcaravela
Medio Tejo 21- Agência Regional de Energia do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul
Montepio Abrantino "Soares Mendes" - Associação de Socorros Mútuos
Nersant- Associação Empresarial da região de Santarém
Ordem dos Arquitectos - Núcleo do Médio Tejo
Os Quatro Cantos do Cisne - Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário
Rede social do concelho de Abrantes
Rede social do concelho de Constância
Rede social do concelho de Sardoal
Sociedade Agro - Alimentar da Mascata, Lda
Tagusvalley - Associação para a promoção e desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo
União de Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede
Victor Guedes - Indústria e Comércio SA

Artigo 4º

Compete aos parceiros subscritores aprovar a EDL TAGUS 2020 - DLBC RURAL, devendo a mesma ocorrer em Assembleia Geral de Parceria Territorial.

Artigo 5º

A operacionalização do presente Acordo e bem assim o respectivo regulamento de funcionamento far-se-á em reunião plenária a convocar pela TAGUS, que assume as funções de dinamizador do Acordo de Parceria Territorial.

Abrantes, 11 de Fevereiro de 2015



Edifício InovPoint
Tecnopolo do Vale do Tejo
Rua José Dias Simão
2200-062 Alferrarede
T +351 241 372 180
F +351 241 331 610
tagus@tagus-ri.pt
www.tagus-ri.pt

ACORDO DE PARCERIA TERRITORIAL TAGUS 2020 - DLBC RURAL

Os abaixo assinados declaram ter lido e aceite o presente Compromisso.

Abrantes, 11 de Fevereiro de 2015

Entidade	Representante(s)	Assinatura
ADIMO - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Mouriscas	Maria do Céu Lopes Fernandes	
Agrupamento de Centros de Saúde MÉDIO TEJO	Maria Sofia Gonçalves	
Agrupamento de escolas nº1 de Abrantes	Jorge Costa	
Agrupamento de escolas nº2 de Abrantes	Alcino Hermínio	
Agrupamento de Escolas de Constância	Olga Antunes	
Agrupamento de Escolas de Sardoal	Ana Paula Sardinha	
ALFGAB - Contabilidade e Gestão, Lda	Maria Teresa André	

**AnimaForum - Associação para o
Desenvolvimento da Agro-Indústria**

Associação Centro Comercial Ar
Livre de Abrantes

Associação Comercial e Empresarial
Abrantes, Constância, Sardoal,
Mação e Vila de Rei

Associação de Desenvolvimento
Cultural Palha de Abrantes

Associação dos Agricultores dos
Concelhos de Abrantes, Constância,
Sardoal e Mação

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do
Ribatejo Norte e Tramagal

Câmara Municipal de Abrantes

Câmara Municipal de Constância

Câmara Municipal de Sardoal

Centro Agrícola do Tramagal SAG
LDA.

Carlos Sousa

Hugo Moreno

Joaquim Serras

Maria de Lurdes
Martins

Maria Paula Villaverde

Arnaldo dos Santos

Maria do Céu
Albuquerque

Júlia de Amorim

António Borges

Nuno Rodrigues

Comissão Vitivinícola Regional do Tejo	Luís de Castro	
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	Maria do Céu Albuquerque	
Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal	Pedro Machado	
Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes	João Quinas	
Fajudis - Federação das Associações Juvenis do distrito de Santarém	Jorge Claro	
Instituto de Emprego e Formação Profissional - Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Victor Gil	
Instituto Politécnico de Tomar	Miguel Pinto dos Santos	
Instituto de Segurança Social, IP - Centro Distrital de Santarém	Tiago Leite	
Junta de Freguesia de Tramagal	Vitor Cardoso	

tagus2020
Desenvolvimento
Local
de Base
Comunitária
RIBATEJO INTERIOR

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

Junta de Freguesia Santa Margarida da Coutada	António Pinheiro	
Junta de Freguesia de Alcaravela	Paulo Casola Pedro	
Medio Tejo 21- Agência Regional de Energia do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul	Vasco Estrela	
Montepio Abrantino "Soares Mendes" - Associação de Socorros Mútuos	Manuela Ruivo	
NERSANT, Associação Empresarial da região de Santarém	Maria Salomé Rafael	
Ordem dos Arquitectos - Núcleo do Médio Tejo	Pedro Costa	
Os Quatro Cantos do Cisne - Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário	Nuno Alfaiate	
Rede social do concelho de Abrantes	Celeste Simão	
Rede social do concelho de Constância	Júlia Amorim	



Associação Pública de Desenvolvimento
Investimentos do Ribatejo Interior

Edifício InovPoint
Tecnopolo do Vale do Tejo
Rua José Dias Simão
2200-062 Alferrarede
T +351 241 372 180
F +351 241 331 610
tagus@tagus-ri.pt
www.tagus-ri.pt

Rede social do concelho de Sardoal	António Borges	
Sociedade Agro - Alimentar da Mascata, Lda	Paulo Graça	
Tagusvalley - Associação para a promoção e desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo	Maria do Céu Albuquerque	
União de Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Bruno Tomás	
Victor Guedes - Indústria e Comércio SA	Luís Simões	

tagus2020
RIBATEJO INTERIOR
Desenvolvimento
Local
Comunitário

DECLARAÇÃO - COMPROMISSO DLBC RURAL

Rede Social de Abrantes o NIPC 502661038 com sede em Praça Raimundo Soares, 2200-366 Abrantes representada por Celeste Simão, na qualidade de Presidente declara que aceita integrar a parceria territorial que será constituída pelo GAL TAGUS- Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior com o NIPC 503265276 com sede na Rua José Dias Simão Tecnopolo Vale do Tejo 2200-062 Alferrarede no âmbito do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) Rural e Urbano do Ribatejo Interior.

Por ser verdade, passamos a presente declaração

11 de Fevereiro de 2015

A Instituição



(assinatura e carimbo)

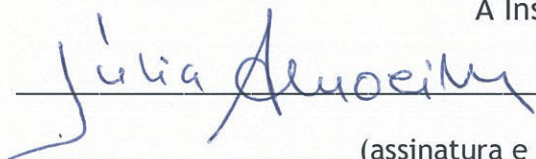
DECLARAÇÃO - COMPROMISSO DLBC RURAL

Rede Social de Constância o NIPC 506826546 com sede em Estrada Nacional 3, nº 13 em Constância, representada por Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, na qualidade de Presidente declara que aceita integrar a parceria territorial que será constituída pelo GAL TAGUS- Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior com o NIPC 503265276 com sede na Rua José Dias Simão Tecnopolo Vale do Tejo 2200-062 Alferrarede no âmbito do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) Rural e Urbano do Ribatejo Interior.

Por ser verdade, passamos a presente declaração

11 de Fevereiro de 2015

A Instituição



(assinatura e carimbo)

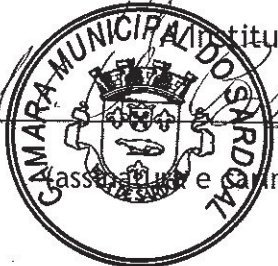
DECLARAÇÃO - COMPROMISSO DLBC RURAL

Rede Social de Sardoal - Conselho Local de Ação Social com o NIPC. _____, com sede em Praça da Republica representada por António Miguel Cabedal Borges, na qualidade de Presidente do Conselho Local de Ação Social declara que aceita integrar a parceria territorial que será constituída pelo GAL TAGUS- Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior com o NIPC 503265276 com sede na Rua José Dias Simão Tecnopolo Vale do Tejo 2200-062 Alferrarede no âmbito do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) Rural e Urbano do Ribatejo Interior.

Por ser verdade, passamos a presente declaração

Sardoal , 9 de fevereiro de 2015

AL. 17/1



DECLARAÇÃO - COMPROMISSO DLBC RURAL

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. com o NIPC.501 442 600, com sede em Rua de Xabregas nº 52, 1949-003 Lisboa, representada por Victor Manuel de Sousa Gil, na qualidade de Delegado Regional de Lisboa e Vale do Tejo, declara que aceita integrar a parceria territorial que será constituída pelo GAL TAGUS- Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior com o NIPC 503265276, com sede na Rua José Dias Simão Tecnopolo Vale do Tejo 2200-062 Alferrarede no âmbito do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) Rural e Urbano do Ribatejo Interior.

Por ser verdade, passamos a presente declaração

Lisboa , 09 de fevereiro de 2015

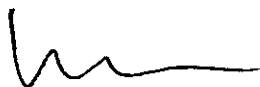
 A Instituição
(assinatura e carimbo)

DECLARAÇÃO

A Administração Regional de Saúde, pessoa coletiva n.º 503148776, com sede na Avenida dos Estados Unidos da América N.º 75 - 77, em Lisboa, representado neste ato pelo seu Presidente do Conselho Diretivo, Luís Manuel de Paiva Gomes Cunha Ribeiro, no âmbito do processo de candidatura a DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária Rural e Urbano do Ribatejo Interior– Fase de pré-qualificação, cujo aviso n.º 2/2014 foi publicado em 16-11-2014, declara que no caso de a mesma vir a ser aprovada no âmbito do processo de pré-qualificação, participará no subsequente processo de candidatura com vista à submissão da Estratégia de Desenvolvimento Local (ELD) e constituição do Grupo de Ação Local (GAL).

Lisboa, 12 de fevereiro de 2015

O Presidente do Conselho Diretivo



(Luís Cunha Ribeiro)